



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RAFAEL FERNANDO LEWER

**O CAMPESINATO NO PAÍS DO AGRONEGÓCIO:
Estratégias de reprodução do Movimento de Pequenos Agricultores**

**CHAPECÓ,
2016.**

RAFAEL FERNANDO LEWER

**O CAMPESINATO NO PAÍS DO AGRONEGÓCIO:
Estratégias de reprodução do Movimento de Pequenos Agricultores**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em
Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Valdete Boni.

**CHAPECÓ,
2016.**

Lewer, Rafael Fernando

O CAMPESINATO NO PAÍS DO AGRONEGÓCIO:
Estratégias de reprodução do Movimento dos Pequenos Agricultores/
Rafael Fernando Lewer. – 2016.

95f. : il.

Orientador: Valdete Boni.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade
Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais,
Chapecó, SC, 2016.

1. Campesinato. 2. Estratégias de reprodução. 3. Movimento
dos Pequenos Agricultores. I. Boni, Valdete, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III Título.

RAFAEL FERNANDO LEWER

**O CAMPESINATO NO PAÍS DO AGRONEGÓCIO:
Estratégias de reprodução**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof. Valdete Boni

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Valdete Boni – UFFS

Prof. Dr. Danilo Martuscelli – UFFS

Prof. Ms. Tomé Coletti - UFFS

Marciano Toledo da Silva - MPA

Eng. Agrônomo/UFRGS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação
Universidade Federal da Fronteira Sul

ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

Aos quatro dias do mês de março de 2016, na sala 205 A, às dezoito horas e trinta minutos, no Campus Chapecó, na Universidade Federal da Fronteira Sul, reuniu-se a banca avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso constituída pelos professores: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli; Professor Ms. Tomé Coletti; e Eng. Agrônomo Marciano Toledo da Silva, sob a presidência da Orientadora Prof. Dr. Valdete Boni, para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais - Licenciatura - do acadêmico: RAFAEL FERNANDO LEWER, sob o título: "O Campestre no país do agronegócio: estratégias de reprodução" obteve a nota final 9,9, sendo considerado aprovado.

Comentários da banca (observações e/ou recomendações):

Alterar o título do trabalho conforme orientação da banca; retirar o termo profusão nos itens 2.1.1; retirar o item 3.5; fazer uma revisão gramatical no texto; adequar o objetivo geral.

Chapecó (SC), 04 de março de 2016.

Valdete Boni

Prof. Dr. Valdete Boni (orientadora)

APCM

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

Coletti

Prof. Ms. Tomé Coletti

Marciano Toledo da Silva

Eng. Agrônomo Marciano Toledo da Silva

“Aos camponeses e camponesas organizados, ou não, de todos os cantos do mundo, que resistem das mais variadas formas para produzir alimento. Alimentando o mundo, e lutando pela vida dos povos e de nossa Mãe Terra.”

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, a meu ver, um ato puro de reconhecimento. Agradecemos o que, ou quem, que de alguma forma contribuiu para que algo bom fosse alcançado em nossas trajetórias. Na minha história, até a conclusão deste trabalho, tive contribuições das mais variadas formas.

Inicialmente agradeço à minha orientadora Valdete Boni, pois sem dúvida este trabalho não teria saído sem suas acertadas orientações. Entretanto, agradeço principalmente por ter comigo assumido todos os riscos que minha pesquisa apresentava, e ter me dado muita confiança e autonomia para desenvolvê-la. Além disso, termos trabalhados juntos no decorrer de um ano com o Movimento de Mulheres Camponesas no projeto de extensão “Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo a Prática Agroecológica” (2015-2016) contribuiu muito para madurar minha pesquisa. Tenho certeza que mais que uma orientadora, ganhei uma companheira e amiga para o resto da vida.

Não posso deixar de agradecer também a todas as minhas outras orientadoras que muito me ensinaram: Mônica Hass, Maria Alice, e também ao professor Alexandre.

Seria injusto de minha parte não reconhecer a importância que minha querida amiga professora Tânia Welter teve em minha vida pessoal e acadêmica. Nunca ninguém acreditou tanto em mim quanto ela. Não consigo em poucas palavras expressar o quanto sou grato por todas as oportunidades, os incentivos, os conselhos que me deu, e, sobretudo, o exemplo de ser humano que representa para mim.

Também não posso deixar de agradecer as organizações e movimentos sociais que articularam o Movimento Pró-Universidade da Mesorregião do Mercosul, que por vários anos lutaram para que a UFFS fosse realidade hoje. Mais que agradecer, tenho orgulho em ter feito parte disso tudo, e ser um dos milhares de estudantes da classe trabalhadora que são os primeiros de suas famílias a ingressarem em uma IFES.

Tenho orgulho em ter feito parte da primeira turma de Ciências Sociais noturno. Orgulho em ter visto e ajudado a erguer cada “tijolo” dessa universidade. De ter participado de cada discussão política que a envolveu. De ter feito tudo o que esteve ao meu alcance para que a UFFS fosse o que é hoje.

Agradeço as políticas de permanência que no decorrer desses mais de 5 anos foram minha fonte de renda, e, por várias vezes, minha única forma de subsistência. Agradeço especialmente a assistente social Rosileia e a psicóloga Ana, ambas do SAE, que desde 2010

atenderam e fizeram tudo o que lhes foi possível para garantir que muitos estudantes como eu permanecessem na UFFS.

Aprendi muito em cada projeto em que me agarrei. Tenho orgulho de minha trajetória acadêmica. Agradeço a oportunidade de ter participado logo que entrei na graduação do projeto de Iniciação Científica coordenado pelo professor Danilo, “Movimentos Sociais e Lutas Populares na Fronteira Sul: 1980-2010” (2010).

Agradeço a oportunidade de ter sido Bolsista, em sequência, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Subprojeto Ciências Sociais (2013-2014), coordenado pela professora Tânia Welter,

Agradeço também a oportunidade que Tânia me ofereceu para coordenar o projeto “Antropologia, Educação e Diversidade - Iniciação Científica no Ensino Médio – PIBIC EM” (2013 - 2014), que também foi coordenado pela professora Maria Alice durante o ano de 2014. Agradeço a cada um dos “meus” bolsistas, com quem muito aprendi mais do que ensinei. E sinto muito orgulho em ver que este projeto, em especial, rendeu muitos bons frutos.

Completando as áreas de pesquisa, ensino e extensão, agradeço ao professor Alexandre e a professora Monica Hass a oportunidade de ter feito parte do projeto de extensão “Conselhos municipais de políticas urbanas: Curso de capacitação para lideranças comunitária” (2014) como bolsista.

Agradeço a cada um e cada uma que foi meu colega bolsista em todos esses projetos. Trocamos muitas experiências que muito nos fortaleceram na graduação.

Agradeço a comunidade acadêmica da UFFS como um todo.

Estendo meus agradecimentos a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo Projeto “Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina” (PRONEM, 06/2012) ao qual fiz parte até o último ano como pesquisador, e tive comunicações e publicações aprovadas.

Contudo, nada dessa trajetória teria sido possível sem o apoio incondicional de pessoas que tanto amo. Agradeço a Leandra, Sandrinha, Delicinha, Alda, Carol, Betty, Tayson, Géssica e Ana Paula por toda a força, das trocas de experiências, de ideias, e ajudas das mais variadas formas, pois sem elas e eles, não teria alcançado tantas conquistas acadêmicas e pessoais, e tantos outros amigos e amigas que de alguma forma estiveram comigo.

Agradeço aos amores da minha vida, Patrícia e Trichez, por sempre terem estado comigo nos bons e maus momentos, por terem dividido angústias, medos, dores, felicidades e a alegria de saber que estávamos juntos.

Agradeço aos meus companheiros da PJR e PJMP, que me colocaram no caminho da luta, e a cada um e cada uma que compõe nossas bases e que não nos deixam esquecer que o projeto que defendemos é, pois, em favor da vida dos povos.

Assim como agradeço aos movimentos da Via Campesina que tem lutado pelo campesinato a muitas décadas. Articulando e organizando camponeses e camponesas da América Latina para alimentar o mundo. Em especial ao MPA, que tem assumido a frente desse debate, e por ter contribuído diretamente com este trabalho.

E jamais poderia esquecer dona Elaine, que me deu a vida, e fez tudo o que pode, enfrentando todas as dificuldades que uma mulher da classe trabalhadora enfrenta todo dia nesse mundo capitalista, para não me deixar passar fome, para me dar um teto, um presente e um futuro. A minha família, ao meu irmãozinho Marco, ao Xande, e a minha Vó Zamira.

Agradeço a tantas outras pessoas que de alguma forma me ajudaram. Aqueles que me deram um teto quando desabrigado, que me deram de comer quanto tive fome, e que me estenderam a mão quando caí. Não tenho dúvidas quanto a importância que tiveram em minha graduação.

Por fim, agradeço à minha história, pois ela não foi escrita sozinha.

“Quem somos? Camponeses! O que queremos? Terra, trabalho e justiça!”

“Agronegócio, só traz pobreza! Queremos para o mundo agricultura camponesa!”

(Gritos de ordem do MPA).

RESUMO

A questão central deste trabalho está em compreender as estratégias que o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA vem adotando nos últimos anos para garantir a reprodução do campesinato no Oeste catarinense - SC/ Brasil. Para isso trago presente três teorias clássicas sobre o campesinato, e as teorias de Chayanov sobre a agricultura camponesa. Apresento os principais eventos históricos que marcaram a questão agrária brasileira, como as formas de distribuição e aquisição de terra, e os desafios que todas as categorias de camponeses e pequenos proprietários rurais tiveram de enfrentar para continuar na terra produzindo. Outro elemento importante que destaco é o processo de modernização do campo brasileiro que originou o agronegócio, e o apontou como modelo hegemônico para o desenvolvimento rural no Brasil a partir de políticas neoliberais. Diferencio a agricultura camponesa da agricultura familiar como elemento chave para compreensão das estratégias do MPA, sistematizadas por suas lideranças no documento Plano Camponês para enfrentar o agronegócio e os problemas estruturais que traz consigo para o campo.

Palavras-Chave: Campesinato. Estratégias de Reprodução. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

RÉSUMÉ

La question centrale de ce travail est de comprendre les stratégies que le Mouvement des Petits Agriculteurs – MPA adopte peu à peu ces dernières années pour garantir la reproduction de la paysannerie dans l'Ouest Catarinense – SC/Brésil. Pour cela nous amenons trois théories classiques de la paysannerie, et les théories de Chayanov sur l'agriculture paysanne. Nous présentons les principaux événements historiques qui ont marqué la question agraire brésilienne, comme les formes de distribution et d'acquisition des terres, et les défis que toutes les catégories de paysans et petits propriétaires ruraux ont eu à affronter pour rester sur la terre et produire. Autre élément important que nous analysons c'est le processus de modernisation du rural brésilien, qui est à l'origine de l'agronégoce, et a été mis en avant comme modèle hégémonique pour le développement rural au Brésil à partir de politiques néolibérales. Nous distinguons l'agriculture paysanne de l'agriculture familiale comme élément clef de compréhension des stratégies du MPA, systématisées par ses leaders dans le document Plan Paysan pour affronter l'agronégoce et les problèmes structureaux qu'il amène avec lui dans les campagnes.

Mots clefs: Paysannerie. Stratégies de reproduction. Mouvement des Petits Agriculteurs (MPA).

LISTA DE SIGLAS

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPT - Comissão Pastoral da Terra.
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.
CRB - Confederação Rural Brasileira.
CUT – Central Única dos Trabalhadores.
CTC – Centros Territoriais de Cooperação.
FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina.
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
FHC – Fernando Henrique Cardoso.
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras.
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.
OMC – Organização Mundial de Comércio.
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.
PCB – Partido Comunista do Brasil.
PJR – Pastoral da Juventude Rural.
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PT – Partido dos Trabalhadores.
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura.
SPC – Sistemas Camponeses de Produção.
SRB - Sociedade Rural Brasileira.
STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>15</u>
<u>2</u>	<u>DE CAMPONÊS A PROLETÁRIO: AS PREVISÕES QUE NÃO SE CUMPRIRAM</u>	<u>21</u>
2.1	AS PREVISÕES DO FIM DO CAMPESINATO	22
2.1.1	A TESE DE LÊNIN	23
2.1.2	AS PREVISÕES DE KAUTSKY	25
2.2	QUANDO O FIM DO CAMPESINATO VIU SEU FIM	27
2.3	OLHAR DE CHAYANOV SOBRE CAMPESINATO: A RESILIÊNCIA CAMPONESA.....	29
2.3.1	A RESILIÊNCIA CAMPONESA	31
2.3.2	A ECONOMIA CAMPONESA	32
2.3.3	CHAYANOV INCOMPREENDIDO	35
<u>3</u>	<u>TERRA PARA QUEM MODERNIZA</u>	<u>39</u>
3.1	OS PRIMEIROS 400 ANOS DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, EXCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES	40
3.2	OS CAMPONESES QUEREM TERRA.....	45
3.3	TERRA PARA QUEM MODERNIZA.....	48
3.4	O ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES E DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO.....	53
<u>4</u>	<u>TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA</u>	<u>58</u>
4.1	QUEM É O MPA?	59
4.2	A COMPREENSÃO DE CAMPESINATO PARA O MPA.....	60
4.2.1	CAMPESINATO COMO CLASSE SOCIAL	63
4.2.2	AGRICULTURA CAMPONESA X AGRICULTURA FAMILIAR	64
4.3	PLANO CAMPONÊS	69
4.4	ESTRATÉGIAS DO MPA PARA A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO	72
4.5	ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO DO OESTE CATARINENSE	76
<u>5</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>83</u>
	<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>89</u>
	<u>APÊNDICE</u>	<u>93</u>

1 INTRODUÇÃO

A atual situação do campesinato brasileiro é resultado da forma em como foi ocupado e explorado as terras desse território – invasão dos portugueses em 1500, Lei de Terras de 1850, abolição da escravidão em 1888, industrialização a partir da década de 1930, revolução verde nas décadas de 1960 a 1980, agronegócio e neoliberalismo atualmente –, sobrevivendo à todas elas. Não há dúvidas quanto ao seu poder de resiliência, entretanto, não há dúvidas, também, dos vários esforços de setores ligados ao capitalismo em tentar destruí-lo.

Não à toa surgiram teorias na Europa durante o final do século XIX e início do século XX, defendendo a tese do fim do campesinato com base na ideia, por exemplo, de que todos os camponeses inevitavelmente se proletarizariam para que o capitalismo obtivesse seu desenvolvimento pleno. Contudo, a agricultura camponesa, por ter na finalidade de sua produção a satisfação das necessidades do grupo familiar que compõe a mão de obra na propriedade, tinha na sua lógica de produção a própria garantia de existência, ou seja, a sua sobrevivência e continuidade foi garantida pela sua produção de subsistência.

Na produção de alimentos para consumo próprio e abastecimento de mercado local, a agricultura camponesa encontrou condições para coexistir com o processo de modernização do campo que iniciou a mais de um século na Europa, e que no Brasil se intensificou a partir dos anos 1960 e 1970.

No Brasil as políticas de desenvolvimento rural adotadas a partir desse período, que ficou conhecido como Revolução Verde, acarretaram o empobrecimento de uma grande parcela de camponeses. Os trabalhadores rurais que não modernizaram suas propriedades por não conseguir acessar e aderir pacotes tecnológicos para aumento de produtividade para atender ao mercado, estavam condenados a pobreza e a miséria. Porém, mesmo com essa exclusão, foi na produção de subsistência que os camponeses encontraram forças para resistir no campo.

Uma alternativa foi organizarem-se coletivamente para articular, lutar e defender outra proposta de desenvolvimento rural para o país, como já vinha acontecendo de forma mais intensiva desde os anos 1980, com o surgimento de vários movimentos sociais do campo, muitos com influência da Teologia da Libertação.

No entanto, durante a década de 1990, com o agronegócio já tendo conquistado hegemonia nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil, e com o avanço do neoliberalismo no país, o surgimento da agricultura familiar enquanto categoria sociopolítica é mais um marco histórico importante para se pensar a situação do campesinato brasileiro. As

pequenas propriedades rurais, cujo trabalho produtivo era exercido pelo grupo familiar, foram absorvidas pelas políticas do agronegócio.

Porém, a produção camponesa continuou existindo e resistindo em muitas unidades de produção, principalmente nas ligadas aos movimentos sociais camponeses organizados no Brasil. Entretanto, diante de uma conjuntura continuamente em conflito com o “agronegócio” é necessário refletir sobre de que forma o campesinato continuará se reproduzindo, pois mesmo que o campesinato tenha sobrevivido todo esse tempo, ele só conseguiu isso através de sua lógica de produção, e por sua dinamicidade interna na organização produtiva, trocas de saberes, preservação da biodiversidade através da produção diversificada, da conservação de sementes, entre tantas outras práticas cotidianas dos camponeses. E é sobre esse novo contexto do rural brasileiro que nasce as prerrogativas para este trabalho.

A definição do tema, delimitação e objetivos

Inicialmente a temática de minha pesquisa era voltada a compreender quais as responsabilidades pelo futuro do campesinato do Oeste catarinense que os jovens organizados nos movimentos da Via Campesina - MPA, MAB, MST, MMC e PJR - e na Fetraf tem assumido. Porém, devido a abrangência deste recorte optei em investigar apenas o MPA e a Fetraf, pelo fato de que ambas possuem uma base social cujas características as assemelham, entre elas o trabalho com agricultores que produzem em pequenas propriedades, cuja produção consiste no uso da mão de obra disponível na família.

Na medida em que realizei minha revisão teórica, e, também, metodológica para o projeto de pesquisa percebi que caso investigasse essas duas organizações a abrangência ainda seria muito grande, e necessitaria aprofundar uma comparação de diferenciação e de aproximação entre elas. A resposta a esse limite imposto pela dificuldade em conseguir materiais sobre a Fetraf com elementos suficientes para o desenvolvimento qualitativo deste trabalho, e a contrapartida da riqueza de subsídios e dados conseguidos sobre o MPA possibilitados pela oportunidade em participar do I Congresso Nacional do MPA em São Bernardo dos Campos – SP, optei em delimitar minha pesquisa apenas a esse movimento.

Ter a possibilidade de acompanhar o congresso foi uma oportunidade que entendi não poder deixar de aproveitar, pois presumi que ali teria um campo extraordinário para esta pesquisa. O cronograma da atividade apresentava uma riqueza de mesas que debateriam temáticas essencialmente camponesas. Além dessas, encontrei materiais e subsídios que foram incorporados a este trabalho, e pude entrevistar sujeitos lideranças nacionais e estaduais do MPA. Ao participar deste evento coletei informações e dados que definitivamente

mostraram-me ter feito uma boa escolha, e que resultou neste trabalho com um enfoque mais delimitado e maduro.

Delimitando os sujeitos para a pesquisa, o tema também acabou sofrendo alterações. Ao invés de focar nas responsabilidades sobre o futuro do campesinato que a juventude organizada assume, meu trabalho se direcionou a um novo objetivo, o de compreender quais estratégias o MPA tem definido para pensar a reprodução do campesinato. Pois na medida em que entrevistei lideranças da organização e revisei os referenciais teóricos para o trabalho em si, percebi que delimitar-me apenas ao enfoque da juventude poderia estar desconsiderando diversos outros fatores essenciais para este debate, como a reforma agrária, por exemplo. Portanto a decisão em ter a juventude apenas como um dos fatores que compõe essa discussão deu-se, sobretudo, pela compreensão de que não só os jovens são responsáveis pela reprodução social do campesinato, mas que existe um conjunto de elementos e sujeitos que devem ser considerados para que esse debate seja mais profundo.

Alguns caminhos a percorrer que haviam sido definidos anteriormente nos objetivos específicos do projeto de pesquisa permaneceram neste trabalho, como a necessidade em compreender o conceito de campesinato ao longo da história, bem como a diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura familiar, essa última categoria que surge apenas durante a década de 1990. E, principalmente, mantive o objetivo de compreender que estratégias envolvem a reprodução da agricultura camponesa, porém, delimitada à reprodução do campesinato pelas estratégias do MPA. E a questão da sucessão familiar foi absorvida pelo debate como um mecanismo essencial para a manutenção da agricultura camponesa.

Entretanto, não tendo mais o enfoque da juventude, a revisão teórica necessitou de uma nova reorganização. Busquei nos autores clássicos do campesinato as teorias que defenderam ou seu fim ou sua reprodução, chegando até Alexander Chayanov que escreveu sobre o sistema econômico camponês, investigando o que chamou de unidade de produção camponesa, para então refletir sobre a questão do campesinato brasileiro.

O objetivo deste trabalho é, então, compreender as estratégias de reprodução do campesinato que o MPA vem adotando nos últimos anos, especialmente em como suas lideranças tem compreendido a questão do campesinato e elaborado suas estratégias para fortalecer a agricultura camponesa, pois o agronegócio como modelo hegemônico presente nos sistemas produtivos agrícolas no Brasil, tem sido responsável pelo endividamento e empobrecimento de muitas famílias camponesas. Portanto, refletir sobre essa temática tem se tornado uma questão essencial para a superação das desigualdades sociais que se consolidaram no campo brasileiro.

Metodologia

Para alcançar os objetivos deste trabalho foi necessário compreender um conjunto de significados e fatores que constituem a problemática que envolve a questão do campesinato brasileiro, para tanto essa pesquisa assume abordagem de caráter qualitativa, cujos dados são resultados de um processo de coletas de dados por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Ainda segundo Minayo,

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004).

Entendo que para uma pesquisa bibliográfica é necessário sempre chegarmos o mais próximo possível das teorias e conceitos clássicos, pois neles encontramos elementos gênese de temáticas contemporâneas. Dessa forma, busquei retomar conceitos teóricos clássicos sobre o campesinato, sendo Lênin, Kautsky e Chayanov os principais representantes desse campo teórico, e sobre o desenvolvimento rural do campesinato brasileiro. Para esse passo foi necessário um acúmulo de leituras anteriores para que os recortes dos referenciais teóricos que compuseram este trabalho estivessem de acordo com os objetivos geral e específicos, mesmo porque, é sempre necessário dar uma atenção especial a esse ponto devido a diversidade de correntes teóricas que discutem a mesma temática, e que poderia comprometer qualquer trabalho.

Para a pesquisa de campo, tendo em vista a possibilidade de participar no I Congresso Nacional do MPA optei por realizar entrevistas semiestruturadas com lideranças nacionais e estaduais do movimento, com intenção de aprofundar as questões que envolvem a temática da pesquisa e aprofundar também as informações que os entrevistados dispusessem. Elaborei um roteiro com dez perguntas norteadoras para que pudesse intervir e fazer outros questionamentos que surgissem durante as entrevistas, entretanto, a riqueza das contribuições de cada uma das lideranças entrevistadas contemplou muitas dúvidas que compunham a conversa, alterando o caráter das entrevistas para apenas “estruturadas”, ou seja, minhas perguntas foram direcionadas, ao mesmo tempo em que possibilitaram respostas ricas em dados, informações e detalhes que responderam a problemática da pesquisa.

Ao todo entrevistei cinco lideranças do MPA, todos identificados neste trabalho, pois ambos autorizaram a gravação de áudio de suas entrevistas, bem como sua publicitação, o que

considero importante devido ao fato de serem representantes públicos de sua organização. Dos entrevistados, duas lideranças são representantes do estado de Santa Catarina que atuam especificamente no Oeste catarinense, mas que compõe também a coordenação nacional do movimento e outras três são representantes nacionais do movimento de outras regiões do país. Todas as entrevistas foram analisadas e comparadas com materiais disponibilizados pelo próprio movimento, onde consegui encontrar sistematizadas questões que precisei trabalhar nesta pesquisa, como as estratégias do MPA definidas no Plano Camponês e no Programa Camponês, fontes essas de grande valor para realização da análise sobre a temática.

Organização dos capítulos

No **capítulo 2** apresento, então, três teorias clássicas do campesinato, sendo elas a teoria do “fim do campesinato”, da “metamorfose do campesinato” e a teoria do “fim do fim do campesinato”. Para esse ponto Ricardo Abramovay aparece como referência chave, por sistematizar muito bem essas três teorias articuladas com as teses de Lênin e Kautsky sobre a superação do campesinato pelo desenvolvimento capitalista na Europa. Apresento em sequência o que Chayanov definiu como unidade de produção camponesa. Que segundo ele é formado pela organização interna de produção nas pequenas propriedades, a partir da mão de obra disponível na família. Trata-se de um sistema econômico camponês que se difere do sistema capitalista de produção, e que, portanto, não estaria fadada ao desaparecimento como Lênin e Kautsky previam.

No **capítulo 3** o título é uma menção a ideia de que o acesso a terra, bem como sua permanência nela, eram condicionados pelo nível de modernização da produção nas propriedades agrícolas durante o século XX. A Revolução Verde, nome dado a esse processo de intensa modernização do campo com maquinários e insumos durante as décadas de 1960 a 1980, resultou na expropriação de uma grande quantidade de camponeses de suas terras. A maioria por não aderirem a esse modelo produtivo, ou por não concordarem com ele, ou por simplesmente não conseguirem acessar subsídios necessários para modernizarem suas propriedades.

Ao final desse, descrevo o processo de formação das pequenas propriedades no Oeste catarinense. E como o processo de modernização se configurou nessa região, contrapondo outras formas de fazer agricultura que caboclos, indígenas e migrantes do Rio Grande do Sul tinham.

Em contrapartida, ao apresentar as estratégias de reprodução do campesinato que o MPA vem adotando, o título do **capítulo 4** é referência a defesa que o movimento faz de que

a terra deva ser para quem nela trabalha, ou seja, os camponeses. Essa categoria agrega mais de vinte outras formas diferentes de se produzir alimento no Brasil, manifestada pelos povos indígenas, caboclos, quilombolas, quebradeiras de côco-de-babaçu, agricultores familiares, etc.

Apresento, também, o Movimento dos Pequenos Agricultores, sujeito desta pesquisa, bem como suas definições para os conceitos de campesinato, agricultura familiar e agricultura camponesa. Isso tudo para conseguir compreender sob quais aspectos suas estratégias de reprodução do campesinato são baseadas. Trago presente também o Plano Camponês e o Programa Camponês, documentos do MPA onde estão sistematizadas suas estratégias.

Não acredito em neutralidade acadêmica. Sempre que escolhemos um tema, o delimitamos, definimos objetivos, optamos em pesquisar na perspectiva “A” ao invés da “B” estamos nos posicionando, portanto este capítulo possui uma característica textual diferente das demais que possuem um perfil mais teórico. O capítulo 4 é onde fica evidente minha militância e formação acadêmica.

É importante uma última observação nesta introdução. Este trabalho não é uma produção realizada somente com o propósito de aprovação na graduação. Ele vem da necessidade em ampliarmos o debate acerca do campesinato e da produção camponesa é algo vital para a superação de diversos problemas estruturais de nossa sociedade.

O texto a seguir está na primeira pessoa do plural, pois este trabalho é resultado de um esforço coletivo em aprofundar essa temática. Não escrevi sozinho, tampouco, sou pioneiro no que escrevo. Contei com a contribuição de minha orientadora, e todas as minhas outras orientadoras e orientadores de projetos em que fui bolsista. Contei com minha trajetória militante e acadêmica, com as memórias de muitos pensadores que trabalharam e pesquisaram o campesinato, e principalmente com os que continuam fazendo luta por ele.

2 DE CAMPONÊS A PROLETÁRIO: AS PREVISÕES QUE NÃO SE CUMPRIRAM

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-los de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia (VIA CAMPESINA BRASIL, 2009).

É possível encontrarmos três teses fundamentais sobre o campesinato. A primeira refere-se ao fim do campesinato, em que os camponeses ou se proletarizam, ou aumentam sua força produtiva através da modernização e passam a proletarizar outros; a segunda refere-se a uma metamorfose, fazendo com que o predomínio da mão de obra familiar permaneça em outros moldes que não o camponês, e, por fim; a terceira tese fala do fim do fim do campesinato, defendendo sua existência em toda a história pelas possibilidades de resistir, já que, a exemplo, o próprio capitalismo depende dele para sua manutenção.

Dessas teses, talvez a que tenha sido mais bem incorporada por diversos autores e partidos políticos de esquerda no final do século XIX, em pleno desenvolvimento capitalista europeu, foi a do fim do campesinato. Sob ela muitos defenderam a superação do campesinato para alcançar o capitalismo pleno, eliminando todos os resquícios feudais observadas nas relações camponesas, e que, portanto, não se enquadraria em nenhuma das duas classes sociais, nem burgueses, nem proletários, apenas um sistema produtivo ultrapassado.

Dessa forma, pensando no necessário processo de integrar o setor agrário ao capitalismo,

[...] tanto Lênin quanto Kautsky, insistem na tendência da agricultura a incorporar os padrões dominantes de diferenciação social, o que resulta, segundo Lênin, na ideia de que o proletariado rural carrega o futuro da organização agrícola e, em Kautsky, na convicção do irreversível declínio da produção familiar (ABRAMOVAY, 2007, p. 262).

Sob essa afirmação de Ricardo Abramovay nos debruçamos neste capítulo a analisar a teoria do fim do campesinato de Lênin e Kautsky com base na proletarização e diferenciação dos camponeses e que, segundo ele, nem um nem outro examinou a fundo o funcionamento interno desse organismo particular que é a família camponesa, pois ambos tiveram como base a teoria marxista na perspectiva econômica, que se voltava apenas a compreender o capitalismo com a existência da classe proletária e burguesa. Essa contextualização é importante para compreendermos a posição de outro autor russo quando fala de uma

dinamicidade do campesinato, pensando e analisando-a sob a luz das relações de vida camponesa.

Na obra *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (2007), referência base para essa discussão por ter analisado a fundo as questões que norteiam este capítulo, Ricardo Abramovay procura demonstrar que não há, a rigor, uma teoria marxista sobre a questão agrária. Essa indicação é fundamental para podermos observar as teorias de Lênin e Kautsky sem cair numa lógica de interpretação em aplicar na análise sobre o campesinato elementos essenciais da teoria sobre o capitalismo – capital, lucro, renda, salário – tratados por Marx na sua obra *O Capital*¹.

Então, procuramos apresentar a seguir (neste capítulo) o que se colocou em questão sobre o fim do campesinato. Quais suas interpretações e razões para sua defesa, e quem a defendeu. E adiante o contraponto, quando Chayanov aplicou outro olhar sobre o campesinato, que lhe permitiu refletir a sua continuidade como realidade essencial para manutenção do sistema capitalista.

2.1 AS PREVISÕES DO FIM DO CAMPESINATO

Como já supracitado, Marx não elaborou uma teoria específica para a questão agrária, mas é importante ressaltar que “para analisar os elementos básicos da agricultura, Marx, em *O Capital*, estabeleceu a hipótese de que a agricultura europeia já era um ramo da indústria. Por isso não fez uma análise específica para ela, a não ser nas formações sociais pré-capitalistas” (GUZMÁN, 2013, p. 45).

Dessa forma fica claro que devemos ter cuidado para não pendermos em nossa análise ao campo do marxismo ortodoxo², no qual pressupõe, sob a perspectiva de uma visão total de mundo, que a agricultura precisa atuar como um ramo da indústria com base na ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas permitiu que o homem dominasse a natureza, e dela tirasse os elementos essenciais como acesso aos meios de vida (*Ibid.*).

O marxismo ortodoxo agrário apresentou um esquema teórico que defendia a evolução da estrutura agrária num processo histórico configurado por cinco características: 1) evolução

¹ Abramovay já nos alerta que nas obras de Marx não há uma teoria voltada especificamente para a questão agrária, e que há apenas alguns escritos que falam sobre a renda fundiária, portanto não nos debruçaremos sobre elas, utilizaremos nesta pesquisa apenas comentadores de suas obras que analisaram as categorias elementares do capitalismo, descritas na obra “*O Capital*”, como os escritos de Chayanov em “*A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*” (1924), e outros que serão trabalhados no decorrer da monografia.

² Além do marxismo ortodoxo, Guzmán apresenta outras duas vertentes do marxismo para analisar o conceito de campesinato, entre eles o marxismo chayanoviano que iremos tratar mais adiante neste trabalho.

unilinear – escravidão-servidão-assalariamento –; 2) sequencia histórica – mudanças no funcionamento de desenvolvimentos produtivos –; 3) dissolução do campesinato – surgimento do capitalismo antecedendo o socialismo – ; 4) superioridade da grande empresa agrícola – devido ao potencial técnico e de integração ao ramo da indústria – , e; 5) contraposição entre a pequena e grande exploração – resultado da superioridade da grande empresa agrícola (GUZMÁN, 2013, p. 50).

Porém, essa linha teórica não deu conta de analisar as particularidades do setor agrário, pois ficou presa na interpretação da agricultura industrializada como algo integrante do desenvolvimento capitalista, ignorando-a como forma de explicar os mecanismos de evolução de manejo dos recursos naturais a partir dela, como Marx havia proposto (GUZMÁN, 2013, p. 45). Nesse ponto aparece Lênin com seu trabalho *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* preocupado em mostrar a heterogeneidade do mundo rural a partir da ênfase quanto a diferenciação social do campesinato (ABRAMOVAY, 2007, p. 51), e Kautsky tentando fechar esse vazio teórico analisando o processo evolutivo da agricultura feudal para a capitalista. Essas linhas teóricas estabeleceram um marco teórico da análise da questão agrária na Rússia e Alemanha, refletindo “o papel da forma de manejo dos recursos naturais no processo histórico, quer dizer, a natureza da agricultura e, portanto, da evolução do campesinato” (ABRAMOVAY, 2007, p. 46).

Aqui aparece, para nós, a tese do fim do campesinato, que foi defendida por Lênin e Kautsky entre o final do século XIX e início do século XX. Mas no decorrer do tempo, os acontecimentos mostraram que sua previsões não se cumpriram.

2.1.1 A tese de Lênin

Houve uma grande preocupação de Lênin quanto as questões relacionadas aos camponeses. Para ele era muito importante uma aliança com os proletários para que não cometessem os mesmos erros da insurreição camponesa da Rússia em 1902³. Pois segundo ele,

A insurreição camponesa foi esmagada porque foi a insurreição de uma massa ignorante, inconsciente, uma insurreição sem reivindicações políticas claras, determinadas, isto é, a reivindicação de uma mudança de estrutura do Estado. A insurreição camponesa foi esmagada porque não tinha sido preparada. [...] Para que

³ A insurreição camponesa teve como protagonistas as populações que se viram espoliados com o fim da servidão na Rússia no século XIX. Com o fim do regime feudal, o novo sistema político e econômico expropriou muitos camponeses de suas terras, diminuindo seus lotes, e em muitos casos na condição de devedores por terem que comprar as terras que há muito já trabalhavam como servos à preços superiores ao que realmente valia. A miséria a qual foram condicionados era tanta que milhares morriam de fome. Nesse contexto, a solução encontrada por essa população foi de invadir terras de latifundiários bem como assassiná-los em alguns casos, reivindicando terras e melhores condições de vida pelos direitos igualitários (LÉNINE, 1983).

a insurreição triunfasse, era necessário que fosse consciente e organizada, que abrangesse toda a Rússia e se aliasse aos operários da cidade (LÊNINE, *apud*, GOMES, 1999, pp. 85-86).

Nesse sentido, Lênin afirma que era necessário que os camponeses pobres conseguissem compreender o que o partido dos social-democratas⁴ defendia e pautava, para se aliarem aos operários e avançar no processo revolucionário (LÊNINE, 1983, p. 15). Mas é importante considerarmos a grande diversidade do campesinato e a existência de grupos de diferentes posições econômicas e sociais no campo.

Lênin, em seu trabalho *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, contrapõe as posições dos populistas e os ideais dos sociais-democratas que viam na pobreza dos camponeses uma possibilidade da Rússia passar diretamente pelo capitalismo para o socialismo devido a sua base social, afirmando que não havia nenhuma dissociabilidade entre a miséria dos pequenos produtores e o fomento de um mercado interno. Seria necessário, portanto, analisar e diferenciar socialmente os pequenos produtores para localizá-los dentro de um programa de desenvolvimento. Nessa diferenciação Lênin conseguiu observar duas contradições sociais de classe no campo, a “primeira, entre os operários agrícolas e os patrões rurais; a segunda, entre o campesinato no seu conjunto e o conjunto da classe dos latifundiários, embora ele considerasse que esta tendia a diminuir” (GOMES, 1999, p. 86).

Além disso, Lênin procurava demonstrar que as pequenas propriedades não tinham crescimento, que a possibilidade disso acontecer não passaria de uma ilusão, e afirma, “longe de qualquer sinal de fortalecimento do campesinato, o que o peso imenso das pequenas propriedades mostravam era a massa de indivíduos paupérrimos que, embora possuindo um lote de terra, eram obrigados a assalariarem-se para viver” (ABRAMOVAY, 2007, p. 53).⁵ Por Gomes (1999, p. 190) percebemos que as maiores deficiências estavam na pequena produção mercantil, pois através desse modelo a miséria dos camponeses teria a sua manutenção. E o fato da Rússia possuir um grande contingente de massa pobre no campo, configurou-se uma base econômica muito mais forte para o capitalismo do que para o socialismo.

⁴ O partido dos sociais-democratas lutavam contra a autocracia e a nobreza feudal apenas como condição para que a classe operária pudesse alcançar seus objetivos próprios e reconhecidamente antagônicos aos das classes com as quais ela se aliaria no momento da revolução democrática. Procuravam, então, em primeiro lugar, conquistar liberdade política para poder ampliar e concentrar operários russos na luta pelo socialismo e então libertar o povo da miséria, ou seja, os social-democratas tinham uma posição clara contra toda a classe dos ricos que mantinham o povo na miséria (LÊNINE, 1983) (ABRAMOVAY, 2007).

⁵ Abramovay comenta que a partir dessa perspectiva de Lênin surge um importante paradigma para o estudo da questão agrária: *o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista* (ABRAMOVAY, 2007, p. 53).

Lênin compreendia que de forma ou outra os camponeses viam-se obrigados a assalariarem-se para sobreviverem à medida que as pequenas propriedades eram superadas pelas maiores. Ele entendia que o capitalismo de forma alguma fortaleceria o campesinato, e, que sim, degradaria suas condições de trabalho enfraquecendo-o.

De modo geral, segundo Abramovay (2007, p. 57), a questão central que preocupa Lênin quanto ao campesinato é justamente essa diferenciação social dos produtores. Seu foco está em analisar sob quais condições os camponeses se transformariam em assalariados. Para ele esse ponto é essencial para se pensar sobre o fim do campesinato conforme os camponeses se converteriam em proletários, e consequentemente se incluíam em uma das duas classes existentes no sistema capitalista.

Dentro das possibilidades, que aqui chamaremos de conversão, está a do camponês em, ou se tornar um grande produtor, integrando-se ao ramo industrial, logo, pertencendo a burguesia, ou, condicionado pela sua miséria, converter-se em assalariado como meio de sobrevivência, se somando à classe proletária. Em ambas as formas coloca-se em xeque a continuidade do campesinato pelas relações camponesas no sistema capitalista.

2.1.2 As previsões de Kautsky

Sobre a tese do fim do campesinato, Kautsky e Lênin analisaram a passagem do sistema feudal para o capitalista⁶ (GUZMÁN, 2013, p. 45). Enquanto Lênin foca na diferenciação social do campesinato, Kautsky defende o processo inevitável de transformação do camponês em proletário pela superação da pequena exploração pela grande exploração. Assim como nos afirma Abramovay (2007, p. 57) quando diz que Kautsky procura demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar, e que em contrapartida não demonstra preocupação alguma com os camponeses. Para ele, a expropriação camponesa era algo inevitável. Sob essa perspectiva ele “procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria subsistência” (*Ibid.*).

Não há nenhuma tentativa de Kautsky demonstrar a heterogeneidade social do meio rural, o que evidencia um distanciamento de sua tese em relação a de Lênin. Ele está preocupado em averiguar a relação da agricultura com o processo de industrialização da agricultura polarizando uma relação entre pequenas e grandes explorações do trabalho

⁶ Lênin fez sua análise no contexto político da Rússia, enquanto Kautsky, no mesmo período, analisa a passagem do sistema feudal para o capitalista a partir da realidade da Alemanha.

agrícola. Bem como observa Almeida (2000) ao refletir sobre sua obra, afirmando a indústria como agente indutor da evolução da sociedade, alcançando todos os cantos e regiões do país, inclusive onde o modo de vida camponês era predominante, fazendo com que as unidades camponesas dessem espaço ao modo de produção industrial (ALMEIDA e PAULINO, 2000, p. 114).

Nesse sentido, Kautsky defende que apenas os grandes produtores se integrariam às indústrias, pois os pequenos não teriam condições de incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas disponíveis aos capitalistas (ABRAMOVAY, 2007, p. 57). Notemos que para ele o campesinato representava um modelo depreciativo e retrógrado que implica em atraso ao desenvolvimento capitalista, logo, impossibilitando a construção do socialismo. Mas é importante termos claro que

Na época pré-capitalista, esta diferença, [...] não existia na agricultura, se fizermos abstração do sistema de plantação e outros sistemas, de exploração análogos, de que aqui não trataremos. O Senhor territorial cultivava o solo com os homens, animais e ferramentas fornecidos pelos servos sujeitos à corveia. O que ele mesmo fornecia era de pouca importância e não se revestia de nenhuma superioridade sobre os meios de produção dos camponeses. Se tinha domésticos em grande número, era sobretudo, para atender as necessidades maiores de seu lar: isto não influía de modo algum sobre o cultivo da terra. Não era, igualmente, por ser maior e ininterrupta que a gleba do senhor se distinguia da gleba dos camponeses. Tanto esta, como aquela, formavam parcelas dispersas, sujeitas à coação da folha. A única diferença entre ambas, já foi assinalada mais acima, consistia no seguinte: os operários que trabalhavam para o senhor não o faziam espontaneamente – procuravam cansar os seus animais e a si mesmos o menos possível. A exploração do nobre sofria, por conseguinte, uma perda enorme de tempo e de meios de trabalho (KAUTSKY, 1980, p. 112).

Nessas palavras de Kautsky notamos que as diferenças na produção só surgem com o processo de modernização do campo, mas que essa percepção só cabe à reflexão sobre os sistemas produtivos pré-capitalistas em desenvolvimento ao moderno, e que contemplaram apenas os grandes senhores proprietários de terra. O autor procura diferenciar a pequena da grande exploração, destacando a primeira como ainda presa aos moldes do sistema de produção pré-capitalista e com resquícios do sistema feudal, e a segunda incorporando maquinários na produção, modernizando-se. Mas para ele o grande diferencial que surge está em relação ao mercado, em que é a grande exploração quem possui vantagens sobre o comércio e ao crédito (KAUTSKY, 1980). As diferenças também se observam nas terras contíguas, a divisão do trabalho que não mais se limita a mão de obra familiar na grande exploração, e principalmente a possibilidade desses organizarem cooperativas e facilitarem mais ainda seu acesso a crédito.

É oportuno citarmos Araújo (2002) quando afirma que Kautsky seguiu conceitos bases de *O Capital* de Marx para sua análise, sendo a renda da terra, a renda absoluta, renda diferencial, preço do solo, e formas de exploração do solo, algumas das categorias por ele utilizada, que lhe permitiu perceber que o desenvolvimento na agricultura concentracionista e expropriador possui similaridades com as indústrias. Além disso, para ele a pequena produção se encontraria a margem da sociedade e do próprio desenvolvimento, e que sua expropriação, transformando-o em trabalhador rural assalariado seria a única solução, além de inevitável, positiva ao camponês, permitindo, inclusive, uma forma de exploração racional da agricultura.

Kautsky vê na exploração do trabalho do campesinato uma forma de suprir unicamente as necessidades interna de grupos familiares. Para ele a produção familiar jamais superaria a grande exploração, pois ela não permite o seu máximo de produção, logo, não convém ao capitalismo. Ele deixa claro que sob essas condições de resistência a agricultura familiar perde seu papel produtivo para o mercado.

Em sua tese, ele prevê a penetração do capitalismo no campesinato a partir da necessidade do uso do dinheiro, o que converteria a lógica dos camponeses produzirem para o autoconsumo, em necessidade de vender sua mão de obra como assalariado, para só então obter os produtos e recursos de que necessita. O fim do campesinato na sua teoria trata, em resumo, da ideia de uma coletivização do trabalho agrícola frente a industrialização da agricultura, cuja produção familiar não acompanhando o progresso técnico passaria por uma transição que incorporaria o assalariamento. Para ele o fim do campesinato nessas condições é simplesmente inevitável.

2.2 QUANDO O FIM DO CAMPESINATO VIU SEU FIM

Tanto as previsões de Lênin quanto as de Kautsky não se cumpriram nas suas totalidades. Mas não conseguimos delimitar um marco histórico para explicitar a não superação do campesinato sob os moldes dos quais ambos trataram. O que evidenciamos é um contexto em que a pequena exploração conseguiu resistir de diversas formas coexistindo com as relações capitalistas de produção e mercado.

Talvez a nossa melhor referência para iniciar nossa discussão sobre isso, é a de Guzmán, em que ele afirma que

É possível atribuir a Rosa Luxemburgo o estabelecimento de um marco teórico sobre os “espaços vazios do capitalismo”, segundo o qual em toda sociedade se produz a coexistência de “regimes de produção diferentes assim com um forte

intercâmbio entre eles”. Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio com a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade (GUZMÁN, 2013, p. 49).

Essa afirmativa de Rosa Luxemburgo nos aponta para a possibilidade de olharmos a produção camponesa como agente mantenedor de sua própria existência, devido a sua organização e as motivações que se sobrepõe a sua forma de produzir, permitindo-lhe que coexista com o capitalismo.

Utilizemos esse pressuposto de relação de coexistência para compreendermos alguns dos aspectos defendidos por Lênin e Kautsky sobre o fim do campesinato que não se cumpriram. Iniciemos pelo seu argumento relacionado ao declínio da pequena exploração devido a miséria de seus camponeses. A manutenção do campesinato se deu primeiramente pela sua pobreza, uma vez que sua organização produtiva era voltada à sua subsistência, e, portanto, impossibilitada de se integrar ao processo de modernização da agricultura e consequentemente ao modelo capitalista de produção. Poderíamos explorar esse argumento sob diversos outros aspectos que Abramovay (2007) nos apresenta, mas acredito ser fundamental outro elemento que foi essencial, principalmente na teoria de Kautsky, quando ele trata da incompatibilidade entre progresso técnico e agricultura familiar, pois essa mesma afirmativa também se demonstrou contrária ao pressuposto à medida que essa se tornava outra forma de manutenção da pequena exploração.

O que vimos não foi o fim do campesinato, mas sim um processo de resistência pelas relações camponesas de produção, principalmente devido a sua característica de exploração do trabalho de base familiar. Sobretudo, percebemos que sua resistência se deu pela possibilidade em articular sua produção e aumentar sua autoexploração com base nas necessidades do grupo familiar, impedindo o aumento do montante de mão de obra assalariada no campo e dando continuidade ao que Kautsky chamou de exploração irracional da terra.

Não podemos de forma alguma desconsiderar as teses desses autores em analisar o processo de desenvolvimento capitalista pela superação do campesinato, pois por mais que não tenham se realizadas de forma objetiva, elas desempenharam forte influência em políticas agrárias em programas partidários de seu tempo⁷.

⁷ As teses do fim do campesinato e de metamorfose do campesinato exerceram forte influência, também, em análises sobre o contexto de surgimento da CONTAG e seu papel na elaboração de programas de desenvolvimento rural voltados à qualificação da agricultura de base familiar, como veremos adiante no cap. 3 *Terra para quem moderniza*.

É importante salientarmos que desse contexto surgiram outros pressupostos teóricos sobre a questão do campesinato. A grande referência que contribuirá adiante em nossas discussões é Alexander Chayanov (1888-1930), ao qual dedicaremos um espaço mais amplo para suas ideias por se tratarem de um olhar diferenciado sobre o campesinato que nos possibilita pensá-lo e analisá-lo para além das questões econômicas, a dinâmica da produção com base na exploração familiar como forma de sua automanutenção, pois na medida em que não se insere numa lógica capitalista de produção, esse tipo de produção não deixa de existir. O fato de estar produzindo para suprir exclusivamente as necessidades do grupo familiar, é o que garante sua manutenção e evita a proletarianização.

2.3 OLHAR DE CHAYANOV SOBRE CAMPESINATO: A RESILIÊNCIA CAMPONESA

Para falar da contribuição de Chayanov temos pouquíssimos trabalhos seus traduzidos⁸, mas com uma grande riqueza teórica para ajudar-nos a compreender as especificidades da economia camponesa com base na exploração familiar e propriamente sobre o campesinato. A “preocupação central de sua obra não está em conservar valores e formas sociais antigas, mas em como promover a modernização econômica em ambientes onde essas formas são dominantes” (ABRAMOVAY, 2007, p. 64). Um de seus poucos trabalhos traduzidos, intitulado *Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas* de 1924, trata, assim como introduz seu título, de modos de produção que não seguem a lógica de um sistema capitalista. Ele trata especificamente da exploração familiar, e como sua condição se torna sua própria forma de reprodução⁹.

Sobre os trabalhos de Chayanov, Valdete Boni (2012, p. 112) nos alerta que a “análise de suas obras, porém, deve levar em conta que foram escritas no início do século XX e, passados praticamente 100 anos, a dinâmica do campesinato sofreu transformações importantes, especialmente nos últimos 40/50 anos” (como veremos nos capítulos adiante),

⁸ Conta-se mais de 200 trabalhos científicos entre livros, monografias, artigos, entre outros, que foram produzidos por Chayanov, mas muito poucos foram traduzidos para qualquer língua ocidental (CARVALHO, 2014), e os que foram, datam a partir de 1960 especialmente ao português brasileiro, talvez por ainda ser uma novidade para a contribuição à reflexão sobre o campesinato no Brasil.

Entretanto, Horácio Martins de Carvalho organizou uma coletânea de textos no livro *Chayanov e o Campesinato*, trazendo trabalhos que contextualizam o período em que Chayanov escreve. Traz também dois textos seus traduzidos, um já citado acima, e o outro, *Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa*. Além desses, Horácio Martins nos apresenta sete trabalhos sobre o campesinato brasileiro elaborado por intelectuais que tiveram em Chayanov sua base teórica para pensar a realidade do Brasil e novos paradigmas dessa questão.

⁹ Chayanov também apresenta elementos que compõe sistemas econômicos baseados na mão de obra escrava, e também da servidão, demonstrando sobre quais categorias econômicas e relações de produção cada uma se realiza.

mas que de qualquer forma, as contribuições de Chayanov se mantêm atuais para podermos compreender o campesinato brasileiro e sua reprodução.

Teremos de nos contentar, por hora, com apenas essa obra de sua autoria para nosso trabalho, porém contamos com grandes contribuições de seus comentadores, como Maria de Nazareth Wanderley, grande referência no Brasil na área de pesquisa sobre o rural, e que nos apresenta Chayanov de forma brilhante. Bem como outros pensadores brasileiros que preocupados em trazê-lo e introduzi-lo ao debate sobre campesinato no país, produziram materiais suficientes para conseguirmos minimamente entender o que Chayanov está querendo dizer sobre o camponês e sobre o campesinato.

Inseri-lo em nosso debate também se justifica pelo fato de ter sido utilizado com frequência, em falas de movimentos sociais¹⁰ camponeses, que o tem como base teórica para pensar estratégias de reprodução e fortalecimento de uma agricultura camponesa no Brasil e América Latina.

Wanderley sistematiza as principais reflexões de Chayanov da seguinte maneira:

- a) a agricultura não constitui um setor isolado, autônomo, mas se integra de forma dinâmica ao processo global de acumulação do capital;
- b) a agricultura deverá absorver cada vez mais o progresso técnico e modernizar sua forma de produzir;
- c) as transformações do setor agrícola se inserem no objetivo de construção de uma sociedade socialista (WANDERLEY, 2014, p. 145).

Incorporaremos no decorrer desse capítulo cada um desses pontos. Dessa forma procuramos trazer as reflexões de Chayanov para esse trabalho destacando três momentos. Primeiro, precisamos compreender o campesinato como algo que consegue reproduzir-se através de suas condições precárias, configurando certa resiliência camponesa, contrapondo as teorias do fim do campesinato. Em segundo, consideramos importante termos claro a compreensão do autor em relação ao campesinato, para só então refletirmos sobre sua tese em que afirma que o sistema camponês é um sistema econômico não capitalista. Seguindo então para o estudo sobre o funcionamento interno desse sistema econômico camponês e como se comporta no seio da família camponesa, para num terceiro momento podermos compreender como esse campesinato tem na sua forma de produção de base familiar a sua forma de reprodução.

¹⁰ Demonstraremos no capítulo 4 deste trabalho de que forma o Movimento dos Pequenos Agricultores tem incorporado Chayanov para pensar suas estratégias de reprodução.

2.3.1 A resiliência camponesa

Até aqui, percebemos que houve um intenso movimento defendendo teses sobre o fim do campesinato pela penetração do capitalismo que transformaria o camponês ou em proletário ou em burguês. A ideia de que o campesinato representava algo atrasado, e que atrapalharia o desenvolvimento do capitalista caiu por terra na medida em que as unidades de produção camponesa, assim como Chayanov as denominou – e que discutiremos mais adiante –, criaram estratégias de reprodução de sua própria existência pelas condições precárias em que se encontravam.

Por não se adequar, e nem se integrar ao setor industrial, o campesinato se transformou em um modelo de produção marginalista e estigmatizado. Reproduz-se dentro de uma lógica organizacional, estrutural e produtiva própria, que permanece no interior da família camponesa, e que se difere à medida que cada unidade de produção possui uma configuração demográfica distinta uma da outra (WANDERLEY, 2014).

Então, falar de resiliência camponesa, é atribuir a ela uma força motriz capaz de transformar todas as suas fraquezas devido a sua lógica organizativa de produção em mecanismo de fortalecimento. A insistência em integrar o camponês ao setor industrial no modelo capitalista de produção acabou por excluir grande parte desse grupo, que, devido as suas condições estruturais, econômicas e sociais, não conseguiram se adequar ao processo de modernização da produção agrícola e de mercado.

A auto-organização em unidade familiar é uma condição determinante de sua reprodução. Gerardi e Salamoni (2014, p. 169) citam Theodor Shanin, para o qual “a unidade familiar é extremadamente autossuficiente, e sua organização interna orienta-se em função da produção, consumo, sociabilidade, suporte moral e ajuda econômica mútua dos membros familiares”.

O ponto chave de sua resiliência se atribui ao fato de sua organização de produção estar voltada a manutenção das necessidades do grupo familiar. E o próprio capitalismo passa a incluí-la em seu funcionamento, entendendo que todas as partes de um sistema econômico são partes de um de um todo, no caso, essa lógica de produção camponesa passa a fazer parte da própria expansão do capital na agricultura. Essa integração ocorre por meio dos processos de comercialização e a articulação com os complexos agroindustriais (GERARDI e SALAMONI, 2014, p. 149).

No entanto, acreditar numa resiliência camponesa, é ir na contramão dos que defendem o fim do campesinato. É, portanto, reconhecer o difícil contexto de sua existência, e

ao mesmo tempo a busca incessante de formas de automanutenção que garantam a continuidade da família camponesa.

2.3.2 A economia camponesa

Para iniciar nossa reflexão é importante termos claro que Chayanov desenvolve uma teoria sobre a agricultura camponesa entendendo-o como um sistema econômico interno de produção, cuja mão de obra é de base familiar. Conforme Abramovay (2007, p. 69) o campesinato “não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as *leis da reprodução* e do *desenvolvimento*” (Grifos do autor). Essa passagem demarca uma diferença clara entre a tese de Chayanov com as de Lênin e de Kautsky apresentadas até agora, pois fica-nos evidente que ele defende a continuação do campesinato, e não o seu fim como para os outros dois pensadores. Outro diferencial seu é não apenas defender sua continuidade, mas modernizá-la, afirmando que o campesinato em sua própria forma de produzir constrói uma racionalidade que lhe possibilita pensar estratégias de auto-reprodução.

Para ir mais afundo sobre os estudos de Chayanov, Guzmán, de forma sistemática, retomando Shanin, diz que:

Teodor Shanin destaca três conceitos como elementos-chave na proposta teórica de Chayanov: as cooperativas rurais, os ótimos diferenciais e a cooperação vertical. O cooperativismo rural supunha para Chayanov a consecução de uma democracia de base, referindo-se a que os próprios agricultores estabeleçam suas fórmulas de ação coletiva para manter a socialização do trabalho própria da forma de exploração familiar. O conceito chayanoviano de ótimos diferenciais se refere à cominação de estruturas econômicas e sociais que, nas formas de exploração agrária, introduz certas peculiaridades que, ao se articularem estas com os processos tecnológicos existentes em zonas concretas, produzidos por meio de modos locais de conhecimento adaptados aos subsetores agrícolas concretos, podem variar substantivamente os resultados (GUZMÁN, 2013, p. 65-66).

Esses três conceitos destacados por Shanin, mostram como Chayanov se volta a refletir sobre a diversidade da organização da produção de base familiar e como esta, em articulação com a modernização da produção, podem originar resultados diferentes entre uma unidade produtiva para a outra.

Para Chayanov, segundo Guzmán (2013, p. 67), “a articulação desses três conceitos permitiria a introdução extensiva da racionalidade nos processos espontâneos”. Dessa forma, Chayanov nos demonstra como a agricultura camponesa possui uma dinâmica econômica própria, e em consequência disso, formas de manutenção que garantam sua continuidade, pois

seu funcionamento tem na sua objetividade principalmente satisfazer as necessidades familiares, e não a maximização da produção para obtenção de lucro. Estamos falando aqui de uma unidade de produção camponesa que deve ser pensada pela diferenciação demográfica e não social como proposta por Lênin.

Segundo Costa¹¹, ao elaborar seu trabalho sobre a especificidade camponesa para Chayanov, ele afirma que

A família é o fundamento da *empresa camponesa* – na sua condição de economia sem assalariamento –, uma vez que é tanto ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho, a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é que o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo, unidade de produção e unidade de consumo (Grifos do autor) (COSTA, 2014, p. 192).

Portanto, iniciemos pelo que se entende por unidade de produção camponesa. Chayanov (2014) afirma que a esfera da produção agrícola é um setor vasto da economia, mas como é baseado na produção de base familiar não assalariada, não se configura como economia capitalista. Devemos lembrar que para ele a chave da vida econômica na sociedade capitalista consiste na possibilidade de obtenção de lucro com base no cálculo de um sistema complexo de categorias econômicas – preço, lucro, salário, juro, renda – que possuem uma relação de interdependência, ou seja, uma não existe sem o conjunto das demais. Assim, só compõe um sistema econômico capitalista onde a vida econômica e a produção seja regida por essas categorias. Vejamos como Chayanov descreve o processo de produção camponês e seu sistema econômico, mostrando a impossibilidade de situar nele as categorias econômicas do capitalismo como lucro líquido, a renda e o juro do capital:

O camponês ou o artesão que gere a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam, o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, em outras palavras, o produto do trabalho dessa família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento. Posto que o fenômeno social do salário não existe, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. É, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (CHAYANOV, 2014, p. 105).

¹¹ Costa ilustra em seu trabalho, através de fórmulas e gráficos, todo o processo da diferenciação demográfica e como ela implica nas decisões sobre a produção para se alcançar o equilíbrio de consumo na unidade produtiva.

Para ele a unidade de produção camponesa pode ser compreendida apenas pelas categorias de trabalho, bens de produção e terra (ABRAMOVAY, 2007, p. 68). Chayanov descreve ainda que

[...] temos de acrescentar que este produto indivisível do trabalho não é sempre o mesmo para todas as explorações familiares. Haverá variações segundo a situação do mercado, a localização da exploração relativamente aos mercados, as disponibilidades em matéria de fatores de produção, a dimensão e a composição da família, a qualidade do solo, assim como todas as outras condições de produção próprias à exploração (CHAYANOV, 2014, p. 105-106).

No caso da produção camponesa, o que a determina, bem como o seu produto, é a dimensão da família, ou seja, é determinada pelo número de pessoas da família que estão disponíveis para trabalhar – disponibilidade com variação definida por faixa etária e enfermidade. Essa condição resulta numa autoexploração do trabalho com base no equilíbrio entre satisfação das necessidades do grupo familiar e a fadiga do labor (CHAYANOV, p. 106). Como o salário não é uma categoria existente nessas relações de produção, continuar o trabalho além da supressão dessas necessidades e fadiga não possui sentido algum, a não ser para o caso de haver um número menor de membros da família aptas ao trabalho, o que ocasionaria aumento da autoexploração, porém, mesmo nesses casos, o aumento do trabalho é resultado apenas de uma necessidade objetiva. Assim, esse conceito de autoexploração proposto por Chayanov, pode ser utilizado “na medida em que a intensidade do trabalho camponês não é determinada por sua relação com outras classes da sociedade, mas fundamentalmente pela razão entre a penosidade dos esforços empreendidos relativamente à satisfação de suas necessidades” (ABRAMOVAY, 2007, p. 71).

Ainda, segundo Costa,

Para a unidade camponesa, pois, não existe um nível de atividade econômica mínima, um patamar de receitas que, em perspectiva marxista, corresponderia à produção e valores que, descontadas as parcelas transferidas do capital constante, sejam pelo menos equivalentes ao conjunto dos salários pagos. Nem, tampouco, há um nível máximo de atividades delimitado pela equivalência da produtividade marginal do trabalho com a grandeza socialmente determinada do salário – como prevê para qualquer situação a análise neoclássica (COSTA, 2014, p. 193).

Em síntese, uma unidade de produção camponesa busca equilibrar as necessidades de consumo da família com a capacidade de produção com base na mão de obra disponível na família. Esse elemento da organização da agricultura camponesa é o que Chayanov trata como diferenciação demográfica. Ele entende que a composição da família em cada unidade

produtiva é um fator determinante para a compreensão do funcionamento desse sistema econômico. Wanderley (2014) consegue descrever bem essa ideia quando diz que Chayanov reconhece que a diferenciação social se reproduz no campo, mas que é necessário ter claro que

[...] a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal, que, em geral, trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida! (WANDERLEY, 2014, p. 144).

Ou seja, a capacidade produtiva de cada família é determinada pelas mudanças demográficas internas. É importante considerar, então, a diferenciação demográfica na agricultura camponesa como elemento fundamental. A partir dela, a intensidade da autoexploração resulta de decisões de caráter subjetivo que ficam sob responsabilidade do chefe da família que precisa avaliar a mão de obra disponível e as necessidades de consumo desse grupo familiar (*Ibid.*).

2.3.3 Chayanov incompreendido

É necessário trazer alguns pontos sobre o pensamento de Chayanov que Abramovay nos apresenta como comumente incompreendidos, pois conforme formos avançando em nossa discussão neste trabalho as ideias centrais de Chayanov apontarão um rumo à nossa reflexão sobre o futuro do campesinato que poderão ser questionadas pelos mesmos apontamentos. Para continuarmos então, precisamos esclarecer esses pontos para que não surjam equívocos em nosso trabalho.

Abramovay (2007, p. 72) nos traz quatro pontos, que de forma muito sutil descrevemos a seguir. Primeiramente ele diz que

A determinação do comportamento camponês por uma dinâmica fundamentalmente interna à família não significa que esta se isole socialmente, produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado, estranha aos mecanismos de tomada de financiamento ou avessa ao progresso técnico (*Ibid.*).

Abramovay (2007, p. 72) afirma que Chayanov considera sim todos esses fatores, e que uma unidade de produção camponesa não basta de si própria, ou seja, está longe de se tornar uma autarcia. A aplicação de capital é compreendida por ele não como forma simples de reduzir a penosidade do trabalho, mas avaliando-se os impactos que isso terá sobre o

consumo da família. Dessa forma, todo o investimento feito à produção é decidido com base no equilíbrio entre trabalho e consumo, isso não significa de forma alguma resistência ao progresso técnico e de maquinários pelos camponeses, mas sim um raciocínio quanto aos impactos de sua incorporação a própria lógica de produção do camponês.

Outro ponto relatado por Abramovay (2007, p. 73) diz respeito em “como o pequeno produtor de mercadorias, o camponês está condenado ao desaparecimento, a seu desdobramento em uma das duas classes fundamentais da sociedade: o proletariado ou a burguesia.” Bom, discutimos esse ponto desde o início de nosso trabalho, e já sabemos que esse pensamento pertence a Lênin e Kautsky que previram o fim do campesinato. Diferente de Lênin que propunha diferenciação social, por exemplo, já citamos que Chayanov defendia uma identidade social do campesinato. “Sobre a base dessa identidade moldavam-se as novas tendências do desenvolvimento capitalista na época, que se caracterizava pela integração vertical (através das relações entre os estabelecimentos familiares e a agroindústria) e não horizontal na agricultura” (2007, p. 74).

Então não há dúvidas de que Chayanov compreende que há mudanças na questão agrária da URSS devido ao desenvolvimento capitalista, mas que de forma alguma essas mudanças acarretariam no desaparecimento do campesinato, muito pelo contrário, o camponês continuaria sendo camponês. Não se transformaria em proletário ou burguês devido à sua condição e forma de produzir caracteristicamente familiar, sendo ele o trabalhador e o chefe ao mesmo tempo, sem proletarizar ninguém.

Outro ponto em questão é que “está completamente ausente do livro de Chayanov a importante discussão contemporânea a respeito da relação entre o tamanho do estabelecimento e seu desempenho econômico” (*Ibid.*).

Para entendermos isso, temos que ter claro um fator relevante para a produção camponesa que é o tamanho da extensão de terra da unidade produtiva em comparação a mão de obra disponível na família, e as necessidades do grupo como um todo para determinar a autoexploração e a otimização do trabalho. Se houver menor número de trabalhadores disponíveis numa unidade, a ampliação da extensão de terras se torna inviável, ao mesmo tempo em que é necessário ampliar a produção para aumentar a renda bruta e garantir as necessidades do grupo familiar. Em contrapartida, um maior número de trabalhadores disponíveis implica numa redução da fadiga, já que não se tem no objetivo da produção o lucro e produção de capital para investimento posterior. O que então vai definir a ampliação da extensão de terra dos camponeses é a fertilidade dos solos e o acesso ao mercado. Pois um solo infértil requer ampliação das terras, já que exigem mais recursos para produzir,

diminuindo a renda bruta e carecendo de uma maior autoexploração. E uma ampliação desse solo permite produzir o mesmo que se produziria em um solo menor e fértil (CHAYANOV, 2014, p. 111-112).

Contudo, o que Chayanov nos diz é que é a existência do campesinato que vai definir a estrutura social do campo. O tamanho do estabelecimento é um dado resultado das decisões sobre a produção de uma unidade produtiva, e esta é definida pelas necessidades do grupo familiar. Portanto, o desempenho econômico é consequência das forças produtivas, do esforço físico da mão de obra disponível na propriedade para suprir as necessidades de consumo. Em síntese, para Chayanov “o fundamental na economia camponesa não é a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção de sua subsistência” (GERARDI e SALAMONI, 2014, p. 177).

Um quarto ponto que Abramovay levanta é referente a um questionamento: “dentro da divisão convencionalmente adotada para classificar correntes de pensamento nas ciências sociais entre individualismo e coletivismo metodológico [...], onde classificar o trabalho de Alexander Chayanov?” (ABRAMOVAY, 2007, p. 75).

Para este autor, Chayanov não trabalha com indivíduos ou motivações psicológicas individuais, e também diz que não há normas e regras que determinam o comportamento das famílias, e, portanto, procura explicar a conduta da família por fatores econômicos, procurando encontrar universalidade pela necessidade social da existência camponesa, pois Chayanov procura evitar casos específicos, bem como repetições empíricas.

Segundo Wanderley ,

Chayanov pretendeu conhecer as leis que regem o funcionamento interno da unidade de produção familiar, e sua teoria é o resultado elaborado desta preocupação. [...] No entanto, o seu pensamento não é estático, e ele vai progressivamente incorporando novas questões gestadas no bojo da grande efervescência social e política que caracterizou o período de sua vida na Rússia (WANDERLEY, 2014, p. 145).

Pois, sua teoria é elaborada com e pelo contato com extensionistas rurais e os problemas que enfrentam quanto as tentativas em melhorar o desempenho econômico dos camponeses, incluindo melhoria de renda e progresso técnico.

Notemos que Chayanov procura estabelecer uma teoria com base no fortalecimento das unidades camponesas de produção. Mas é importante termos presente o fato de que ele reconhece a

[...] impossibilidade de o campesinato conservar as características constitutivas de sua substância social, que ele tão cuidadosamente estudou. Em outras palavras, o campesinato, ao se manter no quadro da modernização da agricultura soviética, tenderia fatalmente a perder seus atributos essenciais e, assim, a negar-se como categoria social específica” (ABRAMOVAY, 2007, p. 78).

A grande responsável por isso é a integração vertical. As agroindústrias servem de mecanismo para a penetração das relações capitalistas na agricultura camponesa, tornando o camponês parte integrante da economia mundial. Na medida em que o camponês assume e obedece as regras do mercado, geralmente impostos pela agroindústria, ele permite a penetração plena do capitalismo do campesinato, de forma a alterar a essência do trabalho camponês, em que ele passa a não ser mais o sujeito responsável por criar sua própria existência (ABRAMOVAY, 2007, p. 78-79).

Essa reflexão é importante ao nosso trabalho quando afirmarmos a continuidade do campesinato, pois ela nos permite evidenciar a dinâmica que a questão agrária vive conforme se alteram políticas econômicas, e a organização do sistema produtivo. Reconhecer a impossibilidade de conservação da essência do trabalho camponês é uma crítica necessária para apontar estratégias que visualizem essas problemáticas e nos possibilite uma reflexão mais profunda das contradições que o campo encara cotidianamente.

No capítulo seguinte, as contribuições de Chayanov continuarão nos acompanhando nas reflexões sobre o campesinato brasileiro, pois nos interessa neste trabalho refletirmos sobre a reprodução da agricultura camponesa no Brasil. Dessa forma, adiante traremos elementos sobre a aplicação do conceito de camponês e campesinato para o caso brasileiro, cuja lógica de produção agrícola tem o agronegócio como agente hegemônico, bem como a diferenciação entre agricultura familiar e agricultura camponesa. Para só então chegarmos às questões do campesinato no Oeste catarinense.

3 TERRA PARA QUEM MODERNIZA

No capítulo anterior nos debruçamos a compreender as teorias do fim do campesinato, e as teorias de Chayanov sobre a manutenção da unidade de produção familiar, que nos serve de suporte para refletirmos, agora, sobre o campesinato brasileiro e os rumos que a modernização da agricultura apontou aos camponeses. O título desse capítulo é uma referência ao processo de modernização da agricultura brasileira que excluiu os camponeses de suas políticas de desenvolvimento, dando condições de acesso e permanência na terra apenas àqueles que conseguissem se enquadrar a esse novo modelo de produção.

Abordaremos, então, a questão do campesinato na história de exploração da terra no Brasil. Para isso descremos brevemente o período que se estende entre o início do século XV e as primeiras configurações de distribuição e divisão de terras no país, seguindo para o início do século XX, momento em que o país passava por intenso processo de industrialização e urbanização. E final desse mesmo século com o surgimento da categoria sociopolítica de agricultura familiar, resultada da modernização implementada no país durante a ditadura militar a partir de 1964.

Adiante, com a contribuição de teóricos brasileiros, demonstramos as principais características da modernização que o campo sofreu posterior a década de 1960-1970, e como despolitizou o campesinato através de um modo de produção de base familiar com incentivos e facilidades a adesão de pacotes tecnológicos – maquinários e agroquímicos –, o que acarretou em mudanças na organização da produção agrícola no país, de forma a desqualificar a produção camponesa.

Com a despolitização do campesinato em termos de consciência, surge nos anos 1990 a categoria de agricultura familiar, e a partir disso disputa entre projetos de desenvolvimento rural no Brasil. E é nesse ponto que trazemos ao debate, neste trabalho, a diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura familiar, para só então compreendermos o campesinato do Brasil em contraposição ao agronegócio.

Ao final apresentaremos características do processo de formação do campesinato no Oeste catarinense, recorte geográfico de nosso trabalho, que teve uma configuração diferente de outras regiões do país devido ao seu processo de colonização em que houve forte incentivo do estado de Santa Catarina a imigração europeia para o local expropriando várias famílias de caboclos. Essa região também possui particularidades de conflitos de terras, como a Guerra do Contestado e conflitos entre colonos e caboclos pelo uso da terra, que contribuíram para a formação e organização atual de seu rural.

3.1 OS PRIMEIROS 400 ANOS DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, EXCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES

Interessa-nos aqui termos uma clara compreensão de como se configurou a concentração de terras no Brasil. Para isso precisamos conhecer alguns processos que fizeram parte da história agrária do país, como as mudanças em sua organização da produção e do trabalho, pois a história de ocupação e exploração da terra no Brasil, nesses 500 anos de história, sempre teve a manutenção do latifúndio como prioridade dentro das políticas de desenvolvimento rural.

O território brasileiro foi dividido pelo reino de Portugal em 14 Capitanias Hereditárias, mas segundo Stédile (2005), anteriormente a invasão do Brasil, os povos que viviam nesse local desconheciam a noção de propriedade privada da terra, pois ela era, para eles, de uso comum a todos. Posterior a chegada dos europeus, num contexto de expansão de uma economia comercial que se iniciava na Europa, que transformou o Brasil numa colônia de Portugal, a ocupação do território se deu de forma violenta, seja pelos genocídios praticados contra povos indígenas, seja pelo uso do trabalho escravo indígena e, após, a africana. O Brasil colônia foi dividido por Portugal em Capitanias Hereditárias, e a lógica de exploração de terras recebeu, nesse período, o nome de *plantation*, cujo monopólio era destinado a produção de monocultivos com uso de mão de obra escrava, que transformou a colônia numa potência agroexportadora, principalmente de cana-de-açúcar.

Nesse primeiro período que se estende de 1500 a 1888, a escravidão como forma de trabalho no Brasil e em boa parte das colônias nas Américas como um todo, foi fundamental para acumulação primitiva de capital¹ para os países europeus. Porém, em vistas de um crescimento significativo do movimento abolicionista no mundo, o Brasil, prevendo já não poder manter seu sistema escravista de trabalho, já que em 1850 foi proibido o tráfico negreiro, e que com a abolição teria uma grande quantidade de trabalhadores livres que poderiam reivindicar acesso à terras, foi promulgada por Dom Pedro II em 18 de setembro, do mesmo ano, a Lei nº 601, também conhecida como Lei de Terras, que legitimou a propriedade privada e os meios de acessá-la por aquisição ou herança (STÉDILE, 2005, p. 17).

No entanto, em 1888, com a libertação dos escravos pela Lei Áurea acreditou-se numa possibilidade de transformar a questão agrária brasileira através de um novo formato de

¹ Acumulação primitiva de capital trata-se da “etapa histórica do início do capitalismo marcada pelo incremento de capitais individuais, e/ou processo através do qual os meios sociais de produção e de subsistência transformam-se em propriedade privada dos capitalistas” (OLIVEIRA, 1986, p. 84).

distribuição de terras que permitisse que esse grande contingente de mão de obra liberta tivesse acesso à terra. Porém, a Lei de Terras impediu que, além dos escravos libertos grupos oprimidos acessassem esse direito. Everton Picolotto em sua tese de doutorado menciona que

Os negros, os caboclos, os índios foram, em geral, impedidos de acesso à propriedade da terra pelo disposto na Lei de Terras. Alguns autores destacam que essa Lei, ao substituir os mecanismos de concessão que vigoravam anteriormente pela venda, serviu para preparar o ambiente institucional nacional para a abolição da escravatura (que se daria efetivamente em 1888) e para garantir que os imigrantes estrangeiros que vieram substituir a mão-de-obra escrava tivessem dificuldade de acesso às terras abundante no país e se destinassem a servir de força de trabalho nas fazendas de café do Sudeste do país, então o principal centro econômico nacional (Martins, 1986; Kliemann, 1986). Como destaca Martins (1981), a lógica da mudança produzida foi: se no regime de terras livre, o trabalho teve que ser cativo; o regime de trabalho livre, a terra tem que ser cativa (PICOLOTTO, 2011, p. 32).

Notemos que a Lei de Terras apenas serviu para manter a desigualdade no acesso à terra, assim como Alberto Passos Guimarães² nos relata, quando escreve sobre a crise agrária mundial, e descrevendo, em momentos, a situação do Brasil pela abolição da escravatura. Segundo ele:

O primeiro acontecimento marcante de uma abertura social vigorosa no caminho das transformações agrícolas foi a abolição da escravatura. Tudo levava a crer que, em consequência desse importante evento, o poder latifundiário iria esfacelar-se. E que – como o preconizavam muitos dos abolicionistas mais lúcidos – a propriedade agrária seria redistribuída e multiplicada; assim como, as relações servis de trabalho no campo seriam substituídas por relações livre de trabalho. Ao invés, o que, porém, veio a surgir foi a recomposição do sistema latifundiário, agraciado com a compensação de portação de mão-de-obra substitutiva, buscada nas regiões mais pobres do globo, e capaz de sujeitar-se a regime de trabalho quase tão opressivo quanto havia sido a escravidão. A abolição só veio em 1888, anos depois da inauguração das estradas de ferro e de terem sido implantados a navegação a vapor, o telégrafo elétrico e as fábricas de tecidos movidas a força hidráulica e por máquinas a vapor (GUIMARÃES, 1982, p. 61-62).

Não há dúvidas de que os negros libertos não tiveram outra escolha se não a de submeterem-se as condições precárias de trabalho nas lavouras ou ocupar “morros” dos centros urbanos. A possibilidade de se adquirir uma pequena propriedade por meio da compra era praticamente impossível. Notamos que a abolição só chega acompanhada de estruturas e condições que permitiram o desenvolvimento posterior da agricultura pelas oligarquias agrárias que se fortaleciam.

²Alberto Passos Guimarães, juntamente à Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel, representam a corrente intelectual da década de 1960 dentro do PCB que defendia a existência de uma questão agrária em emersão. Em contraponto, Delfim Neto representa a corrente que nega sua existência (BOSETTI, 2013).

Também faz parte desse momento histórico, a necessidade de manutenção do latifúndio através dos posseiros³ e agregados, que recebiam pedaços de terras para trabalhar, e dessa forma garantir a propriedade dos fazendeiros. E também porque havia necessidade de produção para o mercado interno, para subsistência, que só esses se dedicavam a produzir. No entanto, essa relação criou uma condição de subordinação e exploração dos senhores sobre os camponeses, gerando uma relação de desigualdade, que fez com que desencadeasse lutas históricas pela terra no Brasil (BOSETTI, 2013). Porém, segundo descreve Guimarães:

Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões limitavam-se às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados. À força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Ou seja, a mesma estratégia de manutenção do latifúndio através dos posseiros, acarretou no surgimento de pequenas propriedades que fugiam ao controle dos senhores, pois com isso desencadeou-se em muitas invasões de terras, cujos intrusos reivindicavam-nas o que pôs o monopólio de terras em situação complicada.

Seguido da Abolição da escravatura, no ano de 1889 é proclamado a República. É o fim do regime monárquico no Brasil, mas não o fim das oligarquias agrárias que se fortaleceram durante todo o período anterior. Porém, conta-se agora com um momento de incentivo a industrialização do país por parte dos governos durante o início do século XX, e que de forma alguma tocaram na estrutura agrária da maior parte do território nacional. Só na região Sul se iniciava um movimento diferente do resto do país, que originou as pequenas propriedades a partir das empresas colonizadoras que vendiam terras devolutas do Estado para imigrantes europeus.

Segundo Guimarães,

Permanentemente hostilizada como ideia exótica e só permitida por tolerância dos poderes dominantes, a pequena propriedade apenas conseguiria medrar à longa distância dos grandes domínios, não como regra, mas como exceção permitida pelo sistema latifundiário. E, assim mesmo, quando a este interessava estimulá-lo e mantê-lo. Os “núcleos coloniais” só no Sul do país puderam prosperar, depois de vencerem difíceis obstáculos, porque eram, de início, montados como simples panos de amostra destinados a atrair para o Brasil migrantes não proprietários, e convencê-

³ “Pequeno trabalhador agrícola (familiar) que, não tendo a propriedade da terra, abre a posse em terra alheia, onde produz para sua subsistência, vendendo o excedente no mercado, a fim de adquirir as demais mercadorias de que necessita” (OLIVEIRA, 1986, p. 86).

los, sob a ilusão de que se tornariam proprietários, a que viessem alugar seus braços aos cafezistas de São Paulo (GUIMARÃES, 1982, p. 299)

É perceptível que a pequena propriedade veio como estratégia de manutenção do próprio latifúndio, como povoar áreas com pouca influência da grande propriedade, ou simplesmente inabitadas, bem como forma de obtenção de mãos de obra livres através da imigração para substituir a escrava (PICOLOTTO, 2011, p. 34). Assim como permitir a colonização do Sul em pequenas propriedades nada mais foi do que uma forma de vender propaganda de prosperidade aos trabalhadores sem-terra da Europa para virem ao Brasil e trabalhar nas lavouras de café, principalmente da região Sudeste e Paraná, com a promessa de se tornarem proprietários de terras.

Porém, nos diz Guimarães que,

Embora seja correto situar, objetivamente, o aparecimento da pequena propriedade no Brasil, como instituição consolidada, durante o primeiro quartel do século passado, após a introdução de imigrantes europeus nas regiões meridionais, seria um grave erro deixar de levar em conta a anterior etapa de gestação da classe camponesa, a qual parte, sem nenhuma dúvida, de um longo processo de espoliação, cujas primeiras consequências foram a incorporação aos engenhos de açúcar de uma multidão de trabalhadores livres miseráveis: os agregados⁴ (GUIMARÃES, 2009, p. 45-46).

Isso quer dizer que devemos considerar todo o processo anterior de espoliação desse camponês pelas formas de exploração e subordinação de sua mão de obra nos engenhos de açúcar na região nordeste. Na medida em que se complicava a situação dos camponeses livres, sem terra, se complicava o latifúndio. O campesinato, nessas condições, ganhava forma, assim como bem descreve Guimarães:

O campesinato brasileiro, como classe, formou-se posteriormente à implantação do sistema latifundiário, às vezes com seu consentimento, como no caso dos núcleos coloniais; às vezes à sua revelia, como no caso das posses; às vezes por sua iniciativa e conveniência, como irá acontecer, já no presente século, em São Paulo. Aí, foram os próprios fazendeiros de café que, numa tentativa para evitar as fugas de colonos, durante a virada do século, instalaram uns poucos grupos de pequenos proprietários, na intenção de que se formassem com eles uma força de reserva para os trabalhos ocasionais da lavoura. “É preciso fixar o imigrante ao solo – dizia o relatório do Ministro da Agricultura em 1901 – mas é preciso fazer isto de modo a deixa-lo à disposição da grande lavoura quando ela tiver necessidade de seus braços” (GUIMARÃES, 1982, p. 299).

⁴ O termo agregado foi mais predominante no nordeste brasileiro, associado ao senhor de engenho. No sul, temos o camponês colono como correspondente da realidade rural (BOSETTI, 2013, p. 10).

Especialmente no Sul, como veremos adiante, as pequenas propriedades foram legitimadas por vias legais através do processo de colonização com incentivo do Estado, claro, não generalizado, pois como sabemos, entre Santa Catarina e Paraná aconteceu um dos maiores conflitos de terra na história do Brasil, a Guerra do Contestado. Mas em comparação ao resto do país onde as pequenas propriedades se desenvolveram através de intensos processos de lutas e resistências, o camponês da região sul, surge como núcleo colonial apoiado por políticas de acesso a aquisição de terras a preços baixos e longos prazos.⁵

Mantendo nosso foco em compreender esse primeiro momento de formação das pequenas propriedades, é necessário fazermos um salto para a década de 1950, trazendo à nossa reflexão o debate emergente que trouxe consigo como elementos preponderantes de um novo modelo de desenvolvimento rural e econômico para o Brasil, a questão da Reforma Agrária e a modernização da agricultura.

Os anos anteriores, durante o regime populista,⁶ foram de intensa industrialização do país e conquista de direitos à classe operária das indústrias. A consequência disso se reflete, ao final do período, pelas reivindicações de reformas de base, como a reforma agrária.⁷ Essa, em especial, foi mobilizada por parte de camponeses organizados nas Ligas Camponesas articuladas pelo Partido Comunista do Brasil – PCB na década de 1940, e que durante os anos de 1950 e 1960 enfrentaram politicamente o grande latifúndio e o Estado (BOSETTI, 2013, p. 12). Márcia Motta e Carlos Leandro da Silva Esteves afirmam que

As primeiras ligas camponesas surgiram na década de 1940. Constituídas pelo PCB, representavam naquele período um esforço dos comunistas na tentativa de ampliar suas bases políticas, cujo objetivo primordial era o de fundamentar a aliança operário-camponesa para fazer face ao latifúndio e ao imperialismo de acordo com a visão de evolução encampada pelo partido (MOTTA e ESTEVES, 2009, p. 244-245).

⁵ Wenceslao de Souza Breves relata em seu artigo “O Chapecó que eu conheci”, de 1985, sua experiência em Chapecó entre os anos de 1920 e 1924, sobre a população local, e a forma com que o estado de Santa Catarina vendia as terras devolutas aos caboclos intrusos, com condições de pagamento facilitadas para colonizar a região do Oeste catarinense.

⁶ O populismo foi fruto da revolução de 1930, expressa pela crise das oligarquias rurais. Fenômeno ligado ao processo de urbanização e industrialização do país, e adoção de políticas de integração dos trabalhadores ao Estado através do sindicalismo e dos direitos constituídos. Configura um culto ao Estado protetor, cuja expectativa das massas é de que o Estado os proteja da ação predatória do capitalismo. Também representou uma mudança em relação a política coronelista (WEFFORT, 1986).

⁷ Octávio Ianni (1968) indica as medidas principais que figuravam as greves nesse período que indicavam a radicalidade ligado ao reformismo. Esses movimentos se organizavam em torno de reformas de base com forte tendência estatista e em defender interesses sociais, o que configura o que ele chama de “Políticas de Massas”, que alia interesses da esquerda com a burguesia. Foram pautas: Reforma agrária geral; Reforma Urbana; Reforma bancária com racionalização dos depósitos; Reforma eleitoral; Reforma universitária; Ampliação da política externa do Brasil visando criar um grau de autonomia no mercado externo; Aprovação de lei de seguro de greve; Controle da invasão externa do capital estrangeiro; Fortalecimento da Petrobrás; e, Criação da Aerobrás.

As ligas foram criadas justamente pela dificuldade legal em organizar os trabalhadores rurais em sindicatos, portanto o PCB encontrou como saída o associativismo, dentro das possibilidades permitidas pelo Código Civil, que permitia a criação de associações de trabalhadores rurais desde que não apresentassem interesses sindicais. (*Ibid.*). Mas é a partir da liderança de Francisco Julião que as Ligas Camponesas⁸ iriam incorporar o debate da reforma agrária.

3.2 OS CAMPONESES QUEREM TERRA

Nossos esforços para este ponto é de tentarmos traduzir os dois debates, o da reforma agrária e o da modernização da agricultura, de forma simples e objetiva, já que nossa questão principal neste capítulo é refletirmos sobre os embates entre agricultura camponesa e familiar a partir do processo de modernização do campo.

As pequenas propriedades por meio de posse, ou invasão, permitiam à produção para o autoconsumo e para o mercado local, dando condições mínimas de sobrevivência a esses camponeses. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo no campo os latifundiários assumiram a produção em virtude da acumulação de capital, dispondo de acesso à crédito e condições para modernizar a propriedade com maquinários, por exemplo. Por outro lado, essa disposição do latifúndio em assumir a produção, negava o direito ao camponês acessar a terra e produzir, fazendo com que ou servissem aos fazendeiros, ou formassem núcleos empobrecidos no meio urbano, como mão de obra desempregada.

Ignácio Rangel, ao refletir sobre esse contingente de mão de obra desempregada emergente do campo, diz que

[...] se a família camponesa é privada das condições para levar a cabo a produção para autoconsumo, o tempo de trabalho poupado tomará a forma de mão-de-obra sazonalmente desempregada, porque a agricultura é, por natureza, uma atividade que, contrariamente ao que em geral acontece com a indústria de transformação e a maior parte das atividades não agrícolas, só usa plenamente a mão-de-obra ao seu dispor durante parte do ano; ou tomará a forma de mão-de-obra quase ou inteiramente desempregada, no caso da população que emigra do campo. Assim, de uma forma ou de outra, milhões de dias de trabalho são inteiramente perdidos, o que quer dizer que o aumento do produto social será menor do que se toda a mão-de-obra disponível fosse utilizada (RANGEL, 1986, p. 2).

⁸ “As Ligas Camponesas são um tipo de organização do campesinato que data de muitos séculos. As mais célebres, pelo papel que desempenharam e pelas guerras a que deram origem, durante quase cem anos (séculos XV e XVI) foram as Ligas Camponesas da Alemanha” (JULIÃO, 2009, p. 273).

Ou seja, a medida que a industrialização no meio urbano cria o que Marx chamou de “exército industrial de reserva” a questão agrária aparece como uma forma de resolver o problema de um grande contingente de desempregados. Rangel afirma que esse é um fenômeno necessário para coagir os trabalhadores livres, e lhes impor disciplina no trabalho, pois contribui com o desenvolvimento capitalista de produção. No entanto, ao tornar-se excessivo, esse exército pode se tornar um problema ao mesmo desenvolvimento. As ligas camponesas expressam bem o quanto esse debate se estendeu não só aos interesses dos camponeses, mas para toda a sociedade (RANGEL, 1986).

A princípio precisamos saber, então, quem eram os camponeses do período de que estamos tratando, e sob quais condições existiam. Francisco Julião, um dos organizadores ideológico das ligas camponesas, diz que,

Os camponeses são os foreiros ou arrendatários, os meeiros, os parceiros, os vaqueiros, os posseiros, os condiceiros e os sitiantes. Toda ela se encontra manietada pelo regime de servidão, movendo-se dentro do mesmo cenário trágico, de onde só emerge para ir habitar o mocambo, a favela, a maloca, o prostíbulo, o hospital, o cárcere e, por fim, o cemitério. Não conhece o berçário, a creche, a escola, a cultura e a saúde, a paz, o futuro, a vida. Porque acreditamos na pureza do espírito desses milhões de brasileiros, que é fecundo como a terra do aluvião, convocamos todos os patriotas para remover os obstáculos que séculos de injustiça social levantaram contra ele, e, tomando-o como base, edificar uma sociedade sem sofrimento nem angústia (JULIÃO, 2009, p. 272-273).

O debate que se configura a partir das ligas, traz o antagonismo entre camponeses e latifundiários, pelo acesso à terra. O debate em torno do direito à propriedade evidenciou a Reforma Agrária como projeto de desenvolvimento rural. Segundo Bosetti,

Os embates em torno da possibilidade de um projeto de desenvolvimento rural a partir da reforma agrária, neste período, envolviam um conjunto de agentes e entidades que forjaram a construção de outras formas de representação política para o chamado campesinato. Martins (1986, p.77-87) descreve este processo a partir da presença do Partido Comunista Brasileiro – PCB – que organizou as primeiras Ligas Camponesas e, posteriormente, entrou em desacordo com as mesmas; a igreja católica que se opunha às Ligas, mas, ao mesmo tempo, estava preocupada com a proletarização camponesa e sua imersão nos caminhos do comunismo; e o próprio Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – nas figuras de Leonel Brizola e de João Goulart, sendo que este último assumiu a presidência da República a partir de 1961. Os desdobramentos desse processo conduziram à sindicalização no campo, primeiro com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – e, em seguida, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG –, conforme indica Ricci (2009) (2013, p. 12-13).

A participação nesse debate envolveu muitos setores da sociedade por interferir no modelo de desenvolvimento rural que afetaria, inclusive, o setor industrial. Mas ao mesmo

tempo em que se articulavam forças em favor da reforma agrária, se fortalecia uma articulação ruralista, um movimento ideológico composto por setores rurais que buscavam proteção no governo federal (*Ibid.*).

Através da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB) representando legalmente essa força de oposição ao campesinato com base no Decreto Lei n. 7449 (de 30/05/1945), e consolidado pela Confederação Rural Brasileira (CRB), fica claro que os setores patronais tinham maior influência às políticas governamentais e, portanto, maior força nas decisões políticas sobre o desenvolvimento rural. Segundo esse decreto, a classe rural representada contempla todas as formas de trabalhadores do campo, pois compreendia que diferentemente dos trabalhadores das indústrias que requeriam organizações sindicais específicas de cada categoria, todos os trabalhadores do campo, incluindo posseiros, meeiros, patrões, etc., teriam no rural o seu trabalho, as suas relações familiares, religiosas, etc., logo, o mais adequado seria a criação de um sindicato que representasse uma classe rural mista (PICOLOTTO, 2011).

Esse sindicalismo rural era ligado diretamente ao Ministério da Agricultura, e apenas através do cadastro na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), era possível os sindicatos rurais dos municípios serem reconhecidos legalmente. Porém, só era possível registrar um sindicato por município e uma federação por estado, o que desencadeou várias disputas entre correntes políticas que organizavam os diferentes setores rurais. Picolotto, a exemplo do Rio Grande do Sul, afirma que:

O sindicalismo dos trabalhadores rurais ainda teve outra característica determinante. A Portaria n. 71 de 1965 unificou todos os segmentos não-patronais em uma mesma categoria de enquadramento sindical: a dos trabalhadores rurais. Em muitos municípios e estados existia mais de um sindicato ou federação representativos de diferentes categorias do campo (como foi o caso dos sindicatos de trabalhadores autônomos e dos de trabalhadores não autônomos que existiam paralelamente em vários municípios do RS) que, com essa Portaria, precisaram se unificar. Nesse novo enquadramento, passaram a existir apenas os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), com suas federações estaduais (FETAGs⁹) e a CONTAG como órgão superior de agregação de todos os segmentos de trabalhadores rurais (PICOLOTTO, 2011, p. 71).

Entretanto, isso nada mais era que um meio para conter outras formas de organizações do campo por trabalhadores autônomos e de pequenos proprietários, garantindo sua subordinação aos interesses patronais. Assim, as ligas camponesas, juntamente com diversas outras organizações de trabalhadores autônomos, vieram a propósito de questionar esse

⁹ FETAESC, no caso de Santa Catarina.

sindicalismo. Porém, esse debate só avançou na década de 1960 quando as ligas deixaram de serem organizadas pelo PCB na década de 1950, com Francisco Julião assumindo sua liderança política e impulsionando-as ao enfrentamento direto com o Estado e com o latifúndio, através da pauta da reforma agrária e direitos trabalhistas. A partir desse momento o uso do termo “camponês” assume caráter político por representar reivindicações de classe que afetariam em profundidade o modelo de desenvolvimento que o Brasil vinha adotando (PICOLOTTO, 2011, p. 71).

Segundo bem descreve o relatório da Comissão Camponesa da Verdade, elaborado em 2014, ao se referir às lutas camponesas e o embate político travado contra as forças patronais dos fazendeiros, por mais que,

[...] a luta camponesa busca resolver problemas de sobrevivência ou problemas econômicos imediatos desta população, no limite ela representa um questionamento à grande propriedade, ao grilo, às terras improdutivas, à lógica do grande capital e da monocultura. Para consolidar seu projeto, o poder do latifúndio e a reação patronal se voltaram de forma violenta contra a população pobre no campo; o poder do Estado exercido por um conjunto de instituições, tais como exército, polícia, justiça, agências financiadoras, administração governamental, etc., foi usado como instrumento nas mãos da classe dominante com interesses contrários à reforma agrária, agravando a violenta repressão contra camponeses, lavradores e sem terra (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p. 53).

Em resposta a esse embate o patronato se articulou com o Estado e as suas diversas instituições, como as forças militares, para reprimir as manifestações dessa população rural. Como resultado, tivemos o golpe militar em 1964 e a instauração de uma ditadura militar no país, e a implementação de um programa de modernização da agricultura por meio de pacotes tecnológicos e incentivos financeiros. Esse período marca o violento fim das ligas camponesas, a desarticulação de organizações de trabalhadores rurais autônomos a partir de repressões, a despolitização do campesinato em vista de políticas voltadas à agricultura de base familiar, e a potencialização da modernização da agrícola para o desenvolvimento capitalista brasileiro.

3.3 TERRA PARA QUEM MODERNIZA

Finalmente chegamos ao ponto de referência ao título de nosso capítulo. As definições sobre o acesso à terra e/ou condições de permanência dela se darão, agora, a partir das políticas de desenvolvimento adotadas pelo regime militar no Brasil, que tinham por objetivo

provocar mudanças profundas na economia nacional através de políticas de incentivo a modernização. Segundo Neto,

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar na literatura de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, etc. permitem dizer que o Brasil mudou, e o campo também. Não em seu todo, nem de forma homogênea, mas tornou-se uma realidade totalmente diferente da que servira de palco para as discussões precedentes (NETO, 1997, p. 78).

As mudanças que a economia brasileira sofreu, foram resultados dessa mudança na forma de produzir no campo em relação com o crescimento industrial e da urbanização. O Estado foi agente determinante nesse novo período que o Brasil vivia, pois foi dele a criação de condições para o desenvolvimento econômico com base na modernização agrícola.

Porém, com a intervenção do Estado na agricultura, no período de 1964 à 1985, o campesinato brasileiro que emergiu rapidamente nas décadas anteriores através de intensas e frequentes lutas organizadas por todo o país, agora perde forças ainda mais rápido, e com ele, a pauta da reforma agrária defendida por setores da esquerda, como as ligas camponesas, perde sua essência e passa a incorporar as políticas de modernização. Bosetti (2013, p. 18) afirma que “[...] apesar de existir uma política de reforma agrária no período, esta não coincidia com a ideia de transformação da estrutura fundiária tal como era defendida pelos intelectuais e pelos movimentos sociais.”.

Trazemos, então, uma citação de Abramovay (2007, p. 41) em que afirma que “por mais que se tenha revestido de um aparato teórico imponente, esta célebre expressão (questão agrária) sempre correspondeu, antes de tudo, a resposta de certas organizações políticas a determinadas situações circunstanciais”. Ou seja, essa é uma questão, sobretudo, pautada por organizações políticas ou setores diversos que possuem interesses sobre elas, e obviamente, aqueles que a evitam, também são os que possuem interesses políticos ou econômicos para que sejam retiradas da pauta. No caso, durante o período à que nos propomos discutir neste item, a questão agrária está à mercê dos interesses do desenvolvimento econômico adotado pelo regime militar, que eram basicamente potencializar a produção agrícola através da modernização. Segundo Paiva apud Neto,

A teoria da modernização agrícola apoia-se basicamente na criação e difusão da nova tecnologia, ou seja, na criação de novos conhecimentos e de novos insumos

que trazem aumentos de produtividade dos fatores empregados nas atividades agrícolas, assim como a geração adicional de renda. E a estratégia do desenvolvimento agrícola assenta-se, por sua vez, na intensificação de pesquisas que criem esses conhecimentos e esses insumos, e na difusão dos mesmos por maior número de agricultores, pois desse modo pode-se ter aumentos de produção e de produtividade, assim como a geração adicional de renda que impulse o crescimento econômico (NETO, 1997, p. 81-82).

Neto (1997, p. 82) afirma ainda que o aumento da produção com base na modernização só seria possível quando articulados com outros pré-requisitos, no caso, como a necessidade de abundância em recursos naturais – solo, água, clima, etc. – que favoreçam a produção com uso de máquinas e insumos para atender a demanda gerada pela população agrícola. Que haja terras com condições para receber os pacotes tecnológicos.

Silva (2003, p. 90), argumenta que na medida em que a agricultura se industrializou, transformou suas forças de trabalho de forma a não conseguir mais produzir seus próprios meios de produção. Além disso, ao se modernizar, deixaram de produzir valores de uso dedicando-se a produção de mercadorias, valores de troca. O autor afirma ainda que

[...] agora a agricultura passa a operar como se fosse ela mesma uma indústria de uma ramo qualquer da produção: ela não apenas compra a força de trabalho e os insumos que necessita de certas indústrias como também vende seus produtos, os quais se convertem, em sua grande maioria, em matérias-primas para outras indústrias. O processo produtivo perde aquelas características artesanais próprias de atividades camponesas e passa a exibir uma divisão do trabalho crescente, como na fase da manufatura e da grande indústria (*Ibid.*).

Mas, é na década de 1970 que o processo de modernização ganha impulso, entretanto, de forma heterogênea nas regiões do país. Nesse período a produção agrícola para a exportação se potencializa, e com ela a discussão sobre a produção para consumo interno. Neto (1997, p. 87) diz que “[...] as principais consequências desta situação se manifestam numa maior tecnificação das culturas de exportação, pela redução nos riscos de adoção de novas técnicas, e uma compressão do setor de alimentos, em razão da maior rentabilidade do setor exportador, gerando pressões inflacionárias.”.

O aumento da inflação atingiu o preço dos produtos base da cesta básica, produzidos em geral pelos pequenos proprietários que não tinham as mesmas condições de acesso as políticas de modernização o que a caracterizou como um modelo de desenvolvimento excludente, assim como Bosetti afirma ao citar Graziano Silva,

[...] O caráter excludente da modernização agrícola brasileira pode ser encontrado nos escritos de Graziano Silva (1982), para o qual a tecnologia da modernização agrícola estava concentrada nas grandes fazendas que ficavam com a maior parte do

crédito rural subsidiado do período. Dessa forma, a modernização estava sendo acompanhada de um processo de concentração fundiária cada vez maior, deteriorando a distribuição de renda no setor agrícola e aumentando as desigualdades sociais já presentes no meio rural (BOSETTI, 2013, p. 22).

Justamente pelo fato da agricultura se desenvolver em concomitância ao setor industrial, são as grandes propriedades que tiveram acesso privilegiado ao início desse processo, tornando desigual o acesso às condições de adesão as tecnologias dispostas neste modelo de desenvolvimento rural, além de reforçar a concentração fundiária. A agricultura assume, então, o caráter associativo com a indústria formando a agroindústria. Esse marco representa a articulação entre agroindústria, capital industrial e capital financeiro, e a criação de relações de produção cujo grande capital intervinha diretamente no setor agrícola¹⁰ (SILVA, 2003).

Essa relação crescente fortaleceu o mercado agroexportador, logo, o latifúndio. Entretanto, aumentava a necessidade de produção para abastecimento interno, essa, inclusive, que era argumento utilizado durante a década de 1960 para unir a pequena burguesia industrial que surgia no Brasil com os camponeses e trabalhadores rurais em defesa de uma reforma agrária, pois o latifúndio não produziria para o abastecimento interno, e, portanto, não contribuiria para o fomento de mercado local para escoar a produção industrial. Já com a produção das pequenas propriedades seria possível criar um mercado de consumo de seus insumos.

Conforme o latifúndio se industrializava, também se dispensava mão de obra. O contingente de desempregados no campo só aumentava. Mas a estrutura fundiária ficou intocável devido à alta produtividade que alcançou e o papel que assumiu na economia nacional. A pauta da reforma agrária desaparece em meio a isso. Sendo assim, o que temos nada mais foi do que uma modernização conservadora, pois ela não alterou em nada a concentração fundiária, tampouco resolveu os problemas de desigualdade sociais no desenvolvimento rural (BOSETTI, 2013).

Com a modernização conservadora, a desarticulação das organizações de trabalhadores rurais autônomos e camponeses, houve uma despolitização do campesinato em que todos os segmentos foram enquadrados na categoria de pequeno produtor, pois, essa categoria “ressaltava a qualidade de produtor dos indivíduos presentes na agricultura e o tamanho dessa produção – pequena ou grande” (PICOLOTTO, 2011, p. 114). O uso dessa

¹⁰ Ver: DELGADO, Guilherme da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil. Campinas: Unicamp/Ícone, 1985.

categoria é, portanto, neutra e politizada. Ignora a grande diversidade de segmentos que compunha a população de trabalhadores rurais.

Bosetti também assinala que,

[...] se, por um lado, a modernização introduziu a tecnologia capaz de aumentar a produção e a produtividade no campo, dinamizando determinados segmentos patronais e familiares, bem como as relações entre agricultura e indústria, por outro, não chegou a transformar a realidade de um contingente populacional de agricultores e trabalhadores rurais. Neste sentido, a experiência histórica da modernização reforçou a dualidade entre as formas patronais e familiares e acentuou as diferenças no complexo conjunto de agricultores de base familiar. Isso fez com que as disputas políticas em torno do campo do desenvolvimento rural incorporassem tal segmentação sociopolítica e, ao mesmo tempo, fossem capazes de transcendê-la (BOSETTI, 2013, p. 25).

Em vista dessa situação, a única organização sobrevivente durante a ditadura militar foi a CONTAG, que ao não questionar a estrutura de desenvolvimento, e se voltar exclusivamente aos assalariados rurais e não atendendo aos demais segmentos, garantiu sua permanência como entidade representativa desses durante esse período. A representação limitou-se a trabalhar com os pequenos produtores. Bosetti (2013, p. 26) afirma, inclusive, que as “[...] implicações da política contaguiana de certa forma corroboraram as teses do fim do campesinato¹¹, pois, ao priorizar os assalariados rurais, estavam considerando a trajetória de desaparecimento dos camponeses”.

Essa representação sindical pouco considerou os setores mais excludentes do campesinato brasileiro – posseiros, meeiros, arrendatários, caboclos, etc. Contudo, esses próprios segmentos não se identificavam como proletários rurais, menos ainda como pequenos produtores empresariais, tampouco seguiam a lógica produtivista da política de modernização. Sendo assim, diversas outras manifestações surgiram no campo político já no início da década de 1980, quando o regime militar, bem como a economia começavam a declinar (*Ibid.*).

As garantias de acesso e permanência no campo passaram a depender exclusivamente das condições para modernizar a propriedade e maximizar a produção. Porém, como vimos até agora, essas condições se limitaram as grandes propriedades, que numa nova lógica de mercado, seguindo uma política macroeconômica, organizaram suas políticas dentro do que foi chamado posteriormente de agronegócio. Que nada mais é, segundo Bosetti, do que a

[...] liberalização dos mercados dos produtos agrícolas, estimulando a concorrência com outros países e abrindo o mercado brasileiro para empresas vinculadas ao setor

¹¹ Ver Cap. 2.

agropecuário, como parte das estratégias de crescimento econômico fundamentado nas exportações em consonância com a política da Organização Mundial de Comércio – OMC (BOSETTI, 2013, p. 42).

Essa nova estratégia de desenvolvimento rural no Brasil segue hegemônica até hoje, tendo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), seu espaço de legitimação de política econômica.

3.4 O ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES E DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO

A modernização conservadora trouxe resultados negativos para o campesinato brasileiro. Silva (2003) aponta como resultado desse processo quatro problemas. O primeiro refere-se a manutenção da concentração fundiária, em que as grandes e gigantes propriedades com mais de 100 mil ha se expandiram subitamente, enquanto as pequenas declinaram em número e tamanho. Outro agravante por ele levantado foi a intensificação do êxodo rural a partir de 1960, que causou os inchaços urbanos, aumento do desemprego e do subemprego e da crise urbana devido ao alto crescimento populacional dos grandes centros. Acompanhado disso, outro elemento por ele considerado foi a superexploração dos empregados, cujos trabalhadores rurais e, em menor número, empregados assalariados tiveram suas jornadas de trabalho estendidas além do fixado por lei. E, por último, a concentração da renda, devido, principalmente, ao arrocho salarial dos setores urbanos.

Sobre o processo de modernização, Bosetti resume que:

O que se pode extrair desse processo de modernização na agricultura é a emergência de um novo dinamismo agrícola. A modernização implicou numa reconstituição dos grupos de interesse, nas articulações e formas de representação política envolvendo os novos e conhecidos agentes pertencentes aos dois grandes grupos sociopolíticos presentes na agricultura brasileira. A presença dos governos militares foi decisiva, na medida em que as relações políticas do Estado com os grupos sociopolíticos ficaram mais restritivas. Desta maneira, as discussões sobre a reforma agrária perderam espaço na esfera institucional do Estado e mesmo nos grupos sociopolíticos, enquanto as políticas agrícolas subsidiaram o desenvolvimento da perspectiva produtivista e a manutenção da desigualdade no campo. Contudo, o contexto da modernização pode ser caracterizado como um momento singular no delineamento do desenvolvimento rural no Brasil, na medida em que complexificou as posições e disposições das entidades representativas na configuração do campo sociopolítico, especialmente as que representavam os segmentos da agricultura de base familiar (BOSETTI, 2013, p. 27)

A conservação da estrutura fundiária e da questão agrária durante a ditadura, fez com que os mesmo problemas sociais do campesinato continuassem existindo. O problema do acesso à terra continuava, pois pela via institucional não foi tocado no latifúndio em momento

algum. Permaneceram as demandas por reforma agrária e por políticas agrícolas diferenciadas para a agricultura de base familiar. Configuram-se, agora, novas reformulações de organizações políticas pautando o desenvolvimento rural. Sendo que, se por um lado, permaneceram forças conservadoras tentando manter o acesso a créditos e a insumos, para conservar a grande propriedade, por outro, cresceu a reivindicação de políticas de crédito, acesso à terra, direitos trabalhistas e por políticas agrícolas sustentadas nas pautas de grande parte dos agricultores de base familiar desfavorecidos pela modernização (BOSETTI, 2013, p. 27).

Sendo esse um período de crise econômica no Brasil, em que o Estado reduziu créditos e subsídios prejudicando diretamente a produção, os agricultores não conseguiram escapar dos endividamentos e da inadimplência, criando uma crise além de econômica, agrícola, que perdurou entre as décadas de 1980 e início de 1990. Dois problemas se configuram aqui. O primeiro refere-se aos agricultores que não conseguiram acessar créditos e subsídios, e, portanto, não conseguiram se modernizar, e um segundo problema refere-se àqueles que conseguiram acessá-los e que por isso se endividaram (BOSETTI, 2013, p. 29).

Foram muitas as transformações no setor agrário neste período. Com o declínio do regime militar, inicia-se um processo de redemocratização do país. E é nesse contexto que muitas organizações sociais surgem articuladas, por exemplo, por setores da igreja católica orientados pelos princípios da Teologia da Libertação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e também por organizações sindicais e federações, que contrapuseram as políticas concentracionista da CONTAG¹² (*Ibid.* p. 31.), além de partidos político organizado pela classe trabalhadora, como o Partido dos Trabalhadores (PT).

Com todo esse debate emergindo, o sindicalismo, nesse período, foi fundamental para avançar nas pautas do acesso à terra, crédito e subsídios, e direitos trabalhistas. Mais especificamente ao acesso à terra, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, através, principalmente, de ocupações de terras recolocou o debate da reforma agrária na sociedade brasileira.¹³ No mesmo período outros movimentos do campo também

¹² A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi a principal unidade sindical em disputa com a CONTAG. A CONTAG defendia a unidade sindical, não concordando com o paralelismo instaurado. Por sua vez, a política dos sindicatos filiados à CUT visava operar embates mais radicais em relação ao Estado como sendo a única forma de garantir que os interesses de seus representados fossem satisfeitos. Na década de 1990 o sindicalismo rural da CUT tornou a filiar-se à CONTAG, porém, como alguns sindicatos se recusaram a aderir, novas entidades representativas acabaram surgindo de forma paralela à CONTAG, como foi o caso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF –, por exemplo (BOSETTI, 2013, p. 33).

¹³ Mais tarde, devido à pressão colocado ao governo de Fernando Henrique Cardoso pelas ocupações de terras pelo MST e as ações violentas dos fazendeiros contra eles, o presidente criou mecanismos institucionais de responder as demandas de reforma agrária de forma a acalmar os movimentos sociais e dar uma resposta à opinião Pública com base numa reforma agrária de mercado, em que o Estado passou a comprar terras via

surgem. Entre eles o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA)¹⁴, Pastoral da Juventude Rural (PJR)¹⁵, entre diversas outras organizações camponesas que trouxeram à sociedade os diversos debates associados aos grandes conflitos estruturais presentes no meio rural. Essa conjuntura permitiu ao campesinato recuperar seu caráter político, suprimido por anos durante a ditadura.

As reivindicações dos interesses dessas organizações representando setores dos trabalhadores rurais e camponeses não seguiram pela via institucional, já que pelo Estado passou a prevalecer somente aos interesses ligados às políticas do agronegócio, como novo modelo de desenvolvimento rural. Os movimentos sociais camponeses assumiram postura de enfrentamento ganhando dimensão nacional para suas pautas. A oposição ao agronegócio que se solidificava na política brasileira cresceu de forma significativa, pois mais uma vez o campesinato não era atendido pelas políticas de desenvolvimento adotadas pelos governos no Brasil.

Surge então, durante a década de 1990, a categoria de agricultura familiar articulado ao agronegócio, que segundo Wanderley,

[...] a agricultura familiar pode ser definida como aquela em que a família represente a centralidade no que se refere à reprodução do trabalho na propriedade, além de ser proprietária dos meios de produção. Essa associação entre propriedade e trabalho pode originar uma diversidade de formas sociais que, embora distintas, compõem a agricultura familiar. Dessa forma, a tradicional agricultura camponesa fundada na propriedade, trabalho e família faz parte da agricultura familiar, mas possui especificidades no que se refere aos seus “objetivos econômicos, a sua experiência de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 2001, p. 23)

Porém, é necessário distinguirmos o agricultor familiar do camponês. O primeiro possui sua produção tecnificada, voltado ao monocultivo, e integrada às agroindústrias de grande porte. Enquanto que o camponês mantém nas suas relações internas de produção o objetivo de atender as necessidades da família. Portanto, um camponês sempre será um agricultor familiar, mas um agricultor familiar não necessariamente será um camponês, por não manter a lógica de organização, valores e costumes ligados à tradição camponesa.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para destinar a trabalhadores rurais sem terra. Essas medidas serviram para diminuir conflitos sociais e também a pobreza do campo. Entretanto, devido à essas políticas houve um processo de despolitização e deslegitimação dos movimentos sociais devido a diminuição dos conflitos políticos em torno da questão agrária no que diz respeito a reforma agrária (BOSETTI, 2013).

¹⁴ Que em 2004 assume o nome de Movimento de Mulheres Camponesas devido ao cunho político associado ao termo “camponesa”.

¹⁵ MST, MPA, MMC, PJR e MAB são as cinco organizações camponesas que hoje compõem a Via Campesina Brasil, mas também possuem alianças estratégicas com muitas outras.

Ainda a partir dos anos 1990, durante os governos dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), o agronegócio assumiu definitivamente a frente das políticas agrícolas, se tornando agente fundamental para o crescimento da economia brasileira. Segundo Bosetti (2013, p. 51) “sob uma ótica econômica, o agronegócio é um sistema de relações que interliga os múltiplos agentes da cadeia produtiva envolvendo os agricultores, as agroindústrias, as entidades de pesquisa e tecnologia, os segmentos comerciais e o próprio Estado.” E no sentido político, segundo o mesmo autor, o agronegócio assume papel fundamental nas disputas em torno do desenvolvimento rural.

Para nós é importante a articulação das duas percepções para compreendermos as disputas no campo do desenvolvimento rural assumidas pelos movimentos camponeses, mas com o cuidado para não confundir o agronegócio como uma forma de agricultura, como nos alerta Bosetti:

[...] se pode compreender o agronegócio como um conjunto de atividades interligadas da produção ao consumo de bens ligados à agropecuária. Esta caracterização consiste num complexo conjunto de inter-relações setoriais, que envolvem a indústria que fornece a tecnologia utilizada para a realização do processo produtivo, como máquinas, ferramentas, genética, setor farmacêutico, etc.; a agricultura propriamente dita, através dos produtores rurais; a indústria novamente na transformação dos produtos agrícolas em produtos beneficiados e a comercialização destes produtos até chegar aos consumidores, encerrando assim a cadeia produtiva. Deste modo, a inserção no agronegócio pode incluir uma série diversa de atores, empresas e profissionais envolvidos neste sistema complementar de inter-relações que constituem o processo produtivo (BOSETTI, 2013, p. 52).

Entretanto, não há como não perceber por quais motivos os movimentos sociais do campo, agregando todos os segmentos de camponeses empobrecidos, fazem oposição ao agronegócio. É evidente que essa população é excluída dessas políticas, além do acesso a crédito, aos insumos e a própria terra, ficando impedidos de produzir dentro dessa lógica. Se considerarmos, pois, a necessidade de maximizar a produção de bens de troca e não de uso, os camponeses se tornam um grupo de risco ao agronegócio, à medida que sua forma e objetivos de produção não se enquadram no modelo produtivista imposto. Portanto, as grandes propriedades, em geral de monocultivos, se tornam mais rentáveis e viáveis as cadeias produtivas intersetoriais do agronegócio que visam exclusivamente o mercado de exportação.

Porém, não podemos deixar de entender que a oposição dos setores ligados aos movimentos camponeses é a concepção política do agronegócio, já que os trabalhadores rurais de modo geral compõem, em partes, as cadeias produtivas.

Outra implicação que o campesinato passou a enfrentar foi a potencialização da entrada de capital estrangeiro na produção agrícola brasileira que monopoliza a produção e

concentra a renda. Pois esse conflito se estende às empresas multinacionais que concentram o monopólio tecnológico, desde maquinários a insumos e genética.

Contudo, mesmo com todo o avanço do capitalismo no campo, os camponeses não deixaram de existir. O campesinato não desapareceu, e tampouco dá sinais de que em algum momento irá acabar. A agricultura camponesa vem resistindo de diversas formas, criando estratégias próprias de reprodução social, um exemplo é o trabalho que o MPA vem desenvolvendo no país, retomando a discussão sobre o campesinato e assumindo o caráter classista de camponês. Seu trabalho alcança todas as regiões do país, desenvolvendo através de um programa camponês estratégias que atendam demandas que as contemplem.

4 TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA

O nascimento de um movimento está, geralmente, ligado ao ambiente de descontentamento e insatisfação, diante de necessidades e interesses concretos não atendidos/negados. Destas insatisfações é que nascem as mobilizações, que trazem o desejo de mudança e, ao mesmo tempo, o desencanto com as mediações ou instâncias de poder que não correspondem em suas tarefas políticas. O desejo de mudança conjugado com o desencanto conduz os grupos a acreditarem na força da união, organizando a pressão para a resolução de seus interesses. Todo este processo vai conquistando espaços de socialização, vai se territorializando, vai sendo permeado por relações educativas (CADONÁ, 2004, p. 117).

Como vimos no capítulo anterior o campesinato brasileiro foi alvo de disputas políticas em torno de projetos de desenvolvimento rural e econômico. A princípio o agronegócio conquistou espaço significativo nas políticas de Estado, porém, acompanhado a isso, surgiram muitas organizações camponesas insatisfeitas com as desigualdades que atingiram o campo. Os problemas do acesso a terra continuaram, e os que conseguiram acessá-la têm dificuldades de nela permanecer. Uma das organizações que nasceu da insatisfação gerada pelas políticas do agronegócio foi o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Sendo assim, nosso desafio neste capítulo está em apresentarmos as formas de atuação do MPA, bem como suas estratégias de reprodução e manutenção para o campesinato brasileiro, e em especial ao campesinato do Oeste catarinense.

Para isso realizamos entrevistas com três lideranças nacionais do movimento e duas lideranças do estado de SC durante o I Congresso Nacional do MPA, realizado em São Bernardo do Campo – SP, entre os dias 12 e 16 de outubro de 2015. Além disso, contamos com materiais e subsídios disponibilizados pelos mesmos, que compõe um conjunto de informações que possibilitam uma reflexão acerca da temática que envolve nosso trabalho. A participação no congresso nos trouxe elementos de grande relevância para pensar o MPA enquanto organização nacional e de massa camponesa.

O MPA também desenvolveu ao longo dos anos um Plano Camponês, e um Programa Camponês. O primeiro refere-se a um projeto político de agricultura e identidade camponesa como modelo de desenvolvimento para o campo. O segundo trata de um programa para fomentar modelos descentralizados de produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade, acoplados com sistemas de abastecimento de populações urbanas, utilizando linhas de crédito, instrumentos de articulação e integração de políticas com base no plano (VIA CAMPESINA - RS, 2015, p. 10).

Todos esses materiais nos apresentaram informações suficientes para compreendermos as propostas e estratégias que o MPA vem pautando a mais de uma década. Sendo uma delas,

a utilização do termo camponês no seu sentido político, buscando recuperar décadas de despolitização dessa categoria pela modernização voltada à pequena agricultura de base familiar.

4.1 QUEM É O MPA?

O MPA nasceu na década de 1990 das necessidades de camponeses de diversos lugares do Brasil em meio à crise do sistema sindical que se encontrava preso na burocracia estatal; das formas de luta; da falta de políticas públicas para a pequena produção, que gerou exclusão e desigualdade no campo; e da seca que atingiu o sul do país e que deixou milhares de pequenos produtores em condições econômicas preocupantes. A grande maioria desses havia aderido às políticas de modernização do agronegócio, logo, aderido ao modelo de produção de monoculturas que foi completamente atingido pela seca.

No ano de 1996, no RS, o MPA surgiu em meio a um acampamento organizado no estado, devido à essa seca, em que foram reunidas cerca de 30.000 pessoas atingidas. O objetivo do acampamento era reivindicar crédito imediato para manutenção das pequenas propriedades camponesas como forma de garantir comida na mesa dos atingidos. Esses produtores tiveram suas rendas prejudicadas, afetando diretamente sua alimentação. Essa experiência se juntou com as de outras organizações que emergiam em Rondônia e no Espírito Santo, e seguido de expansão por todo o território nacional (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Nos anos de 1997 e 1998 foram organizados, respectivamente, o I e o II Encontro Nacional do MPA, que foram importantes passos para sua construção com caráter nacional e como “um movimento de massa, de luta permanente, com organização de base e com bandeiras simples, claras e objetivas” (MPA). Atualmente o movimento está articulado em 17 estados brasileiros, tendo abrangência como organização nacional.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais (MPA).

O MPA se consolidou como um movimento de massas¹ a nível nacional, e que através da retomada da discussão sobre o campesinato, e do que denominaram de Plano Camponês, se tornou um movimento também de enfrentamento direto ao agronegócio. Segundo Oliveira,

O Plano Camponês constitui-se na proposta camponesa de produção e reprodução social do campesinato brasileiro, sendo este a estratégia de implementação de mecanismos a que venha garantir as soberanias alimentar, genética, territorial, hídrica e energética. Estas dimensões da soberania guardam uma relação entre parte e todo, onde, uma não pode ser construída sem a outra (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Ou seja, o Plano Camponês vem com o intuito de apresentar uma proposta de desenvolvimento não somente do rural, mas para a sociedade como um todo. Esses cinco elementos citados, se alterados, refletem mudanças em todo o conjunto da sociedade brasileira por mexer na estrutura econômica e produtiva do país. A consciência da necessidade em articular um plano como esse surgiu ao MPA através da retomada e amplo estudo sobre o campesinato brasileiro. Assim, durante o início dos anos 2000, o MPA organizou junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA estudos sobre o campesinato brasileiro, que resultaram nas obras *O Campesinato no século XXI* e *História social do campesinato*, com nove livros. Nessas obras é retomado o conceito de “camponês” e “campesinato”. Segundo cartilha produzida pelo MPA do Espírito Santo (MPA, 2012),

Este estudo nos levou à identificação de três teses sobre o campo brasileiro: o fim do campesinato, a partir do desenvolvimento econômico e a competição capitalista no campo; a metamorfose camponesa, por meio da integração do campesinato à lógica de produção do agronegócio e de nichos de mercado como os alimentos orgânicos e o turismo rural; e o fim do fim do campesinato, por meio da capacidade de adaptação e resistência própria da classe camponesa, baseada em um conjunto de relações de produção não capitalistas, e que traz elementos fundamentais para a construção de uma sociedade em transição ao comunismo.

A aproximação do movimento com a tese de Chayanov sobre a continuidade do campesinato é muito evidente. Mas antes de afirmarmos isso com toda certeza é necessário trazermos presente qual a compreensão que o MPA tem acerca do conceito de campesinato e de camponês dentro da própria organização.

4.2 A COMPREENSÃO DE CAMPESINATO PARA O MPA

¹ Utiliza-se o termo “massas” e não “massa” devido ao fato de que o MPA compreende que o campesinato é formado por muitos segmentos diferentes de camponeses.

O MPA retomou o conceito de campesinato e de camponês com o objetivo de apresentar e defender outro modelo de desenvolvimento rural para o Brasil, que se contrapõe ao agronegócio e valoriza a agricultura camponesa não apenas como forma de produção, mas como meio de vida. Segundo Ana Isabel da coordenação nacional do MPA

[...] o início da organização do MPA já é exatamente por essa compreensão da necessidade da retomada do debate em torno do campesinato. O que é o campesinato? Qual sua importância? né, e o que a nossa organização pensa em relação a isso. Primeiro a gente faz várias afirmações, né? Que o campesinato ele sempre existiu. Que o campesinato vai existir sempre, e que a gente é muito mais do que aquilo que o modelo atual que a gente tem de agricultura e de estado e de governo diz que nós somos, né, então pra nós, o campesinato, ele tem um papel fundamental na sociedade, e que nós somos, é, do ponto de vista da função social que a gente tem, nós somos insubstituíveis (Ana Isabel, Coordenação nacional do MPA).

Leila Denise Leila Denise Moirer da coordenação nacional do MPA, afirma que o movimento, a partir de 2003, buscou recuperar o conceito de campesinato justamente pelo peso político que possui. Segundo ela, o termo camponês foi tirado do cotidiano principalmente para combater as ligas camponesas na década de 1950 e 1960, e que através dos estudos realizados para a coleção *História Social do Campesinato*, há registros de que o senado e o congresso nacional propuseram outros nomes em substituição ao termo camponês, como trabalhador rural, por exemplo, e, depois, na década de 1990, agricultor familiar. Cada um desses conceitos criaram paradigmas na questão do campesinato, intervindo direto nas políticas para o campo,

[...] então, quando o movimento define o conceito de campesinato é pra justamente pautar politicamente que nós temos um campo diverso, com várias caras, vários rostos, né? De jeitos, expressões culturais, ou de jeito de produzir conforme o bioma. E o campesinato, ele vem contemplar tudo isso, daí que nós temos que pensar tudo isso coletivamente, né? Como construir igualdade, dignidade com essa diversidade enorme que nós temos no Brasil? No campo, então, o conceito de camponês ele vem vindo nessa perspectiva, e a gente pensa o campesinato, então, juntando tudo isso, essa riqueza na produção de alimentos, na vida com qualidade no campo (Leila Denise Moirer, coordenação nacional do MPA).

Reconhecer a diversidade que compõe o campesinato parece-nos uma pauta central do MPA, na medida em que o seu reconhecimento possibilite alcançar relações de igualdade e dignidade no campo, contrariamente ao agronegócio que já vem à décadas expandindo as desigualdades sociais no campo. Essa afirmação corrobora com um trecho da introdução da obra *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas* (2009). Vol. I., da coleção acima citada:

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (WELCH, 2009, p. 11).

Fabiano Baldo, da coordenação estadual do MPA, afirma, em entrevista, que no Oeste catarinense não há como pensar o campesinato sem pensar a questão indígena. Segundo ele é necessário pensar o campesinato com esses povos sem se apropriar de suas terras em detrimento à produção do agronegócio.

Em resumo, Tairi Felipe Zambenedetti, da coordenação estadual do MPA de SC, afirma que,

[...] o MPA passa a assumir o conceito de campesinato, que entendemos o campesinato como uma classe social, uma classe social que superou a previsão de que ia desaparecer, né, quem teve fim foi a tese do fim do campesinato, então foi essa tese que se acabou, é.. Não acreditamos na tese da metamorfose camponesa, que é a de transformar camponês dessa dinâmica de produção de alimentos, de vida em comunidade, de solidariedade, enfrentamento à elite. A tese da metamorfose do campesinato diz que o campesinato vai passar, algumas famílias vão se especializar a produzir mercadoria em associação, em cooperação com a indústria né, com o capital industrial e financeiro, pra produzir algumas mercadorias para dentro da lógica capitalista. Ficaria no campo dois, três, talvez cinco por cento da população, os demais estão excluídos, essa é a tese da metamorfose do campesinato, é a tese, então ali as famílias são chamadas de agricultura familiar com uma referência mal feita da agricultura norte americana que não existe aqui no Brasil. O que é chamado de cultura familiar lá nos Estados Unidos aqui é outra coisa, inclusive é um resultado do processo de reforma agrária que é negado agora, inclusive por quem usa o conceito de agricultura familiar. Então, pra resumir, entendemos o campesinato como essa população que vive a partir do acesso aos recursos naturais e é uma classe social em luta constante (Tairi Felipe Zambenedetti, coordenação estadual do MPA - SC).

Essa população que Tairi Felipe Zambenedetti cita, possui uma grande variedade que representa o quadro da diversidade de camponeses que compõe o campo brasileiro que o MPA procura trabalhar. Portanto, com base nessa realidade, Valter Israel da Silva da coordenação nacional do movimento nos afirma que o MPA, hoje, defende o campesinato e a agricultura camponesa como:

[...] um modo de ser, de viver e de produzir no campo. E o campesinato é essa classe, é camponesa, esse conjunto, esse grupo de pessoas que compõem, que realizam essa agricultura. O conceito de campesinato é um conceito político, um

conceito de que, que aponta pra esse grupo. E camponês é aquele que tem uma relação, tem produção com foco na alimentação para o abastecimento da família, ao sustento da família e abastecimento local. E a produção é diversificada, através dessa diversificação busca uma autonomia ou uma menor dependência em insumos externos, através do que nós chamamos de sistema camponês de produção que articula a produção animal, produção vegetal, anual e perene e o subproduto de uma produção é insumo pra outra, com sinergia. É essa dinâmica do sistema camponês de produção é o que diminui a dependência em insumos e que gera maior autonomia pro camponês e maior segurança de resultado. Por que se uma coisa vai mal a outra segura. Nós costumamos dizer: não dá pra colocar todos os ovos no mesmo ninho! O camponês tem essa lógica (Valter Israel da Silva da coordenação nacional do MPA).

Esta liderança ao explicar o conceito de camponês do MPA, relaciona o camponês com sua lógica de produção e enquanto modo de vida. Se observarmos e compararmos essa definição com o que o agronegócio materializa no campo brasileiro, fica claro a oposição entre projetos de desenvolvimento rural. Um voltado exclusivamente à economia de mercado, e outro vislumbrando de todo um conjunto de relações que envolvem o campesinato, que transcendem a questão da produção e se ampliam para as relações sociais e culturais, alcançando a sociedade camponesa e urbana através do sistema produtivo proposto.

4.2.1 Campesinato como Classe Social

O sentimento camponês na atualidade é de classe. Estamos nos afirmando enquanto unidade da diversidade camponesa. As diversas identidades regionais encontrando elementos comuns que apontam para a unidade de classe.

Para Marx, uma classe se define pelas seguintes características: 1) condições econômicas, 2) modo de vida, 3) seus interesses e 4) sua cultura. Estes elementos estabelecem uma relação hostil com a classe oposta (MPA, 2014, p. 33).

Durante o I Congresso Nacional do MPA o campesinato foi defendido como classe social por estar inserido de forma diferenciada nas relações de produção. Sendo o camponês, ou dono dos meios de produção ou por ter acesso a eles, sendo, também, o sujeito que realiza o trabalho. Outro elemento que o configura como classe social, para o MPA, é a existência de uma cultura e um modo de vida próprio, com projeto próprio – no caso, o Plano Camponês –, possui uma organização política a nível nacional e internacional, representando interesses contrários aos do agronegócio, criando uma relação de contradição entre os dois modelos.

Segundo Roberta Traspadini, citada por Silva,

“O camponês é uma classe porque está imerso em uma intencionalidade, um processo, um projeto. Como tal, ou responde aos interesses da classe burguesa, ou integra, como no nosso caso – MPA – o campo dos que vivem do trabalho, retomam seu sentido e projetam sua emancipação. O camponês é uma classe porque, ao tomar consciência de e para a luta, sabe que o que tem não é a manifestação, nem do que se

quer, nem do que se pode ter. e para tanto necessita organizar, produzir, lutar para a consolidação do poder popular” (SILVA, 2014., p. 86-87).

Tairi Felipe Zambenedetti afirma que o campesinato enquanto classe social é muito antigo e tem sua origem próxima a origem da agricultura. E durante toda sua história,

O Campesinato enquanto classe social sobreviveu ao Feudalismo, sobreviveu ao período escravista que foi anterior, tudo indica que vai sobreviver ao Capitalismo também. É uma classe social. O Campesinato apesar de ser detentor dos meios de produção ou de fazer, o centro da luta histórica do campesinato é por controlar, no bom sentido, né, por ter livre acesso aos meios de produção. Basicamente terra e alguma coisa, a matriz tecnológica sempre utilizada pelo campesinato tende a ser controlada pelo campesinato então não existe dependência tecnológica (Tairi Felipe Zambenedetti, coordenação estadual do MPA - SC).

Ou seja, para Tairi Zambenedetti o camponês não é nem burguês nem proletário, ele compõe outra classe social que sobreviveu a diversos outros sistemas econômicos na história da humanidade, assim como sobreviveu a teoria do fim do campesinato e resiste até hoje.

Em síntese, para Silva,

[...] o campesinato é Classe em Si e vem se constituindo, no último período histórico em Classe para si. Classe em si tendo em vista que: sua situação econômica é diferenciada, pois ao mesmo tempo é o sujeito que realiza o trabalho e é dono ou tem acesso aos meios de produção; tem uma cultura, um modo de vida próprio e está inserido em uma contradição de interesses com o agronegócio. Está se constituindo em Classe para si por ter um projeto próprio (interesse), ter um papel no processo de produção que é o de produzir comida para alimentar o povo, tem uma organização política nos níveis nacional e internacional (Movimentos Sociais e Via Campesina), tem consciência das contradições e tem ação concreta em defesa de seus interesses (SILVA, 2014., p. 89).

Essas características que o MPA utiliza para afirmar o campesinato enquanto classe social se assemelham as que representam as diferenças entre agricultura familiar e agricultura camponesa quanto aos projetos de desenvolvimento que defendem, como veremos a seguir.

4.2.2 Agricultura Camponesa X Agricultura Familiar

No caderno de estudos do I Congresso Nacional do MPA está descrita diferenciação entre agronegócio, agricultura familiar e agricultura camponesa para o movimento. Cada uma dessas é baseada em uma das três teses sobre o campesinato. A primeira relacionada à tese do fim do campesinato por ser uma proposta caracterizada pelo latifúndio, “uso de máquinas pesadas, insumos químicos e venenos, sementes híbridas e transgênicas e produção de

commodities. É compreendido como um pacto de poder entre os latifundiários, o capital financeiro e as multinacionais e recebe forte apoio dos governos” (MPA, 2014, p. 31-32).

No caso da segunda envolve a tese da metamorfose do campesinato, em que a “agricultura familiar se caracteriza por minifúndio e uma inserção na lógica do agronegócio. É um projeto seletivo, que busca especializar as famílias camponesas em um ramo de produção, tornando-as dependentes de insumos, de crédito, das multinacionais e dos mercados” (MPA, 2014, p. 31-32).

E, por último, a agricultura camponesa materializa a tese do fim do fim do campesinato, por representar “[...] um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária. Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista. Mas esta forma de agricultura não se define só pela forma como trabalha” (MPA, 2014, p. 31-32).

Ao questionar as lideranças do MPA se há diferenças entre agricultura familiar e agricultura camponesa, todas descreveram elementos que a distinguem uma da outra. Uma compreensão importante é que, para eles, o termo agricultura familiar veio como uma forma de despolitizar o campesinato, por focar somente na produção individual e modernizada. Segundo Ana Isabel, a agricultura camponesa é aquela que pensa em um todo, contemplando todos os tipos de seres – humanos, animal, vegetal -, ou seja, toda a biodiversidade. Já a agricultura familiar, para ela, é um conceito desenvolvido pelo próprio capitalismo, que tem por objetivo tirar o máximo do campesinato do campo, desapropriar o camponês da sua condição de camponês, através de pequenos grupos que, com o apoio de políticas públicas do Estado representam um “agronegocinho” no campo.

Para Ana Isabel, liderança nacional do MPA, o agronegocinho foi uma forma encontrada de convencer muitas pessoas que vivem no campo que elas podem vir a tornarem-se grandes produtores do agronegócio. É a partir dela que a agricultura familiar se materializa. Diferente dela, a agricultura camponesa tem como preocupação central a produção de alimentos para a humanidade, abastecendo sempre, primeiro, o local onde o camponês vive, ou seja, abastecimento regional. Para ela essa é a diferença de fundo entre as duas formas de agricultura, a relação com o mercado, em que a agricultura camponesa sempre priorizará a soberania alimentar.

Uma questão que afeta diretamente a agricultura camponesa é a falta de políticas públicas voltadas para o projeto que o MPA defende. Tairi Felipe Zambenedetti comenta o movimento não consegue acessar as políticas do governo. Segundo ele,

Basta ver que a Ministra da Agricultura atualmente é a Cátia Abreu², que vem a ser a presidenta da Confederação Nacional da Agricultura, que é uma grande organização do latifúndio brasileiro. Então, nós não temos no governo federal um espaço onde as organizações camponesas indiquem alguém, então, isso demonstra claramente que a porta desse governo, que persegue menos, que de certa forma fortalece a classe trabalhadora, a quem diga, dependendo do ponto de vista, não fortalece, mas enfim, nesse governo a proposta que tem sido neodesenvolvimentista para a agricultura do agronegócio e consequentemente enfraquece o campesinato (Tairi Felipe Zambenedetti, coordenação estadual do MPA - SC).

Sem espaços dentro do governo, o acesso a políticas que beneficiam a agricultura camponesa é escasso. Ana Isabel menciona em sua entrevista, é a agricultura familiar quem recebe incentivos do Estado para fortalecer a produção de mercado. Uma política pública mencionada por Valter Israel da Silva foi o PRONAF, que segundo ele,

[...] nós fizemos luta pelo PRONAF, o problema que ele não saiu do jeito que a gente queria. Ele saiu com essa coisa da especialização no ramo da produção. Nós queríamos algo um pouco mais, mais com a cara do campesinato, com a cara da agricultura camponesa, mas no início as famílias estavam lá, nós brincava que o homem escorava o galpão enquanto a mulher tirava o leite, pro galpão não cair em cima da vaca, a agricultura brasileira estava sucateada, as políticas neoliberais né, governo Fernando Henrique e os anteriores tinham retirado crédito, tinham inserido a lógica do agronegócio, que não tinha esse nome, era Revolução Verde né, mas assim, as famílias estavam se especializando em um ramo da produção, se inserindo na indústria, ou estavam fora de qualquer apoio estatal. Então estava sucateada, sem acesso a mercados, sem financiamento, sem seguro. As políticas públicas que a gente vê agora de proteção à agricultura não existia, enquanto que o agronegócio tem política de comercialização, de política de compra desde 1906. Hoje tentam colocar um fracasso da agricultura camponesa, dizer que é culpa dos camponeses, e o êxito do agronegócio é o agronegócio, o Estado sempre aportou com dinheiro, com recurso, com apoio, inclusive, militar pra garantir o agronegócio, e nunca fez isso com os camponeses. Então essa é a condição. E quando fez alguma coisa pros camponeses foi repressão, aí na tua região, o Contestado, os exemplos estão por todos os cantos desse país (Valter Israel da Silva. Coordenação Nacional do MPA).

Ele relata também que, depois de conquistado o PRONAF, e que o mesmo não saiu de acordo com o que o MPA esperava, o movimento começou a apresentar, logo em 2003, a pauta camponesa. A primeira demanda foi a luta por créditos de reestruturação da propriedade camponesa, através de financiamento do PRONAF para o sistema camponês de produção. Cinco anos depois foi criado o PRONAF Sistêmico³ que atendeu parcialmente essa pauta. E

² Indicada pela presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, ao cargo de Ministra da Agricultura, Cátia Abreu é considerada inimiga dos movimentos sociais por defender o agronegócio e o uso intensivo de agrotóxicos, representando até o ano de 2014 a bancada ruralista no Congresso Brasileiro.

³ Segundo o DECRETO Nº 6.882, DE 12 DE JUNHO DE 2009, § 1º Considera-se enfoque sistêmico a capacidade de observar a propriedade rural como um todo, suas interfaces e potencialidades, permitindo que cada componente ou parte do conjunto que compõe o objetivo global do projeto de financiamento pelo Pronaf seja adequadamente definido, monitorado e avaliado, levando em conta fatores sociais, econômicos e ambientais (BRASIL.)

em 2008 com a crise na produção de alimentos, foi criado o PRONAF Mais Alimentos⁴, como adaptação do Sistêmico, que segundo Silva, ambos descaracterizaram a proposta original do MPA, que previa que cada crédito,

[...] de cada comunidade virava um fundo comunitário, ficava retido no banco. A comunidade teria que fazer uma assembleia decidindo em que investir, e aí o banco liberava com base nessa ata da assembleia, porque o nosso objetivo era a organização comunitária que nós, é, vemos que o camponês não vive sozinho, isolado ele vive em comunidade, então fortalecer o que nós chamamos de elos vinculantes na comunidade, elos unificadores é, seria muito importante, essa foi a primeira coisa que ao sair uma política pública meio que em resposta a isso, é, esse tema já foi cortado, mas ainda assim avançamos (Valter Israel da Silva da coordenação nacional do MPA).

Leila Denise Moirer, da coordenação nacional do MPA afirma que,

[...] hoje não existe uma política pública própria pro campesinato. O governo, ele assume o conceito de agricultura familiar, tanto que o PRONAF, ele surge na década de 90 junto com o conceito, e ele vai ser o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Claro que, quanto movimento, a gente tem levado elementos e tentado pautar, e tem criado assim várias brechas pra se trabalhar com a diversidade, com aquilo que a gente quer, porque esses programas, eles são muito o incentivo à monocultura, a poucas produções, então assim quando você consegue pautar e surgir um PAA⁵, reativar a CONAB⁶, a gente considera isso inclusive uma conquista do movimento. Ele não leva o nome de campesinato, mas a gente considera que é uma conquista, porque quando você faz a compra da diversidade, por mais que o crédito não viabilize investir nisso, mas a própria aquisição do governo desses produtos faz circular um recurso na propriedade que o agricultor pequeno faz um investimento na diversidade e na agricultura que a gente defende (Leila Denise Moirer, coordenação nacional do MPA).

Podemos perceber na fala de Leila Denise Moirer que mesmo não existindo políticas públicas voltadas à agricultura camponesa, o MPA conseguiu encontrar brechas que beneficiaram, por vezes, os pequenos produtores, e com isso podendo investir na propriedade dentro da proposta defendida. Através do PAA, por exemplo, os camponeses tem sua produção comercializada diretamente para o Estado, que adquire a alimentação da produção camponesa para abastecer escolas locais.

Sobre a forma de produção camponesa, Valter Israel Silva afirma que a proposta é de que seja exclusivamente de base agroecológica, seguindo para a lógica de coprodução, em que

⁴ O Mais Alimentos Produção Primária é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar. Contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, cana-de-açúcar, café, centeio, feijão, mandioca, milho, palmácea para produção de palmito, soja, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura (Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>).

⁵ Programa de Aquisição de Alimentos.

⁶ Companhia Nacional de Abastecimento.

o camponês se relaciona na produção diretamente com a natureza e não com o mercado, produzindo os próprios insumos, diferente do agronegócio que exige a maximização da exploração dos recursos naturais e o uso de adubos químicos. Esta liderança ainda diz que a produção que o MPA defende não é uma intervenção de grande impacto na natureza, é uma parceria, uma relação com a natureza, pois o objetivo da produção camponesa não é o mercado.

[...] o foco do camponês, da produção camponesa é melhorar as condições da família tanto do ponto de vista das condições do trabalho, então comprar uma máquina, diminuir a penosidade do trabalho, quanto melhorar as condições de vida, pagar o estudo pro filho, melhorar a casa, poder comprar um carro. O foco não está no lucro, a lógica do capital é investir na produção pra obter mais dinheiro, a lógica do camponês é produzir mercadoria pra trocar por dinheiro pra comprar as mercadorias que ele não produz, então isso é uma lógica que difere a circulação simples de mercadoria a lógica camponesa (Valter Israel da Silva da coordenação nacional do MPA).

Ainda segundo Silva, dentro de toda essa diferenciação que existe entre uma e outra, só há uma coincidência entre agricultura familiar e camponesa, que é o trabalho cuja mão de obra é baseada na família.

[...] Então a gente tem dito que **toda a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa**, porque a agricultura familiar pode ser uma agricultura industrial de pequeno porte altamente dependente em insumos, de semente, de adubos, de máquinas, de equipamentos. É monoprodutora, produtora de *commodities* pra exportação. Para a agricultura camponesa tem essas características: diversidade, coprodução sob uma base de recursos naturais que o camponês controla, terra, água, semente, trabalho familiar, foco na produção de alimentos. É uma série de elementos que compõem esse conceito, então a gente costuma dizer que agricultura camponesa se trata de uma cultura, de uma identidade, de um modo de ser, de viver e de produzir, o conceito de agricultura familiar é uma simplificação disso... Agricultor familiar não é um modo de vida, tira a cultura pra simplificar, tira a cultura da agricultura camponesa isso aí é agricultura familiar, então é isso, imagino que são elementos centrais (Grifos nossos) (Valter Israel da Silva da coordenação nacional do MPA).

É importante termos presente essa característica do trabalho familiar como coincidência entre esses dois modelos, para conseguir diferenciar as formas de relações que se estabelecem entre uma e outra. Para Silva, o conceito de agricultura familiar é uma armadilha para os produtores rurais, pois ela apresenta a ideia de que qualquer um pode crescer no campo. Sendo o trabalho familiar na agricultura familiar com objetivo unicamente da exploração da terra, ela não se assemelha às propostas da agricultura camponesa que discute a

estrutura interna da organização da produção que é composta por homens, mulheres, idosos, jovens e crianças.

4.3 PLANO CAMPONÊS

Com base na compreensão de campesinato do MPA, o Plano Camponês foi elaborado considerando elementos essenciais para se pensar num modelo de desenvolvimento rural que contemple todas as esferas da produção camponesa – modo de vida, comunidade, forma de produzir, geração de renda, etc. O Plano Camponês é resultado, também, da reflexão e da retomada de diversos fatores que fortaleceram o campesinato ao longo dos séculos, e está articulado entre os eixos de produção, educação, formação, vida de qualidade, comunidade camponesa e soberania.

Um primeiro elemento considerado é uma nova base produtiva, sendo a Alimergia⁷, combinada pelos Sistemas Camponeses de Produção – SPC, Centros Territoriais de Cooperação - CTC seus pontos centrais, ela compõe um novo paradigma na questão agrária. Seu objetivo é conciliar a produção de alimentos saudáveis, com preservação e conservação ambiental e produção de energias renováveis (SILVA, p. 2).

Segundo Marcelo Leal Teles da Silva, os Sistemas Camponeses de Produção – SPC

[...] podem ser organizados das mais variadas formas possíveis, tendo no bioma sua base ecológica e na cultura camponesa sua base social e o ponto de partida prático para a “modernização da agricultura”. Suas expressões mais desenvolvidas buscam articular as Unidades de Produção Camponesas, Comunidades e os Territórios, através de novas formas de produção e cooperação, ampliando e controlando a base de recursos, a autonomia, recuperando as funções ecológicas e os serviços ecossistêmicos, abrindo caminhos para o redimensionamento dos sistemas camponesidade (*Ibid.*).

E os Centros Territoriais de Cooperação – CTC,

[...] são locais constituídos em área rural, localizados em regiões centrais onde há grande concentração de famílias camponesas. São organizados através de entidades cooperativas vinculadas ao MPA e tem como objetivo serem simultaneamente espaços de produção diversificada, implantação de indústrias, recuperação e preservação ambiental, formação e educação das famílias camponesas. Os Centros Territoriais representam a possibilidade prática do desenvolvimento de uma “economia camponesa ampliada” em bases cooperadas socialmente reguladas, economicamente viáveis e com massa de riqueza agregada na forma de “antivalor” cada vez maiores (SILVA, p. 2).

⁷ A palavra ALIMERGIA quer dizer exatamente: sistema de produção que combina produção de alimentos, preservação e recuperação do meio ambiente e produção de energia.

Além desses, o Plano Camponês ainda considera a “cooperação”, enquanto articulação das questões sociais e econômicas do desenvolvimento, que levem em conta os sistemas econômicos e os impactos sobre a natureza; e a “ciência e tecnologia”, no sentido de que é necessário reorientar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico que contemplem as questões da Alimergia e dos SPC (*Ibid.*).

Se observarmos a tabela 1 teremos uma visão mais clara dos eixos que compõe o Plano Camponês, que demonstram o quanto é complexo e como se torna abrangente, não se limitando apenas a questão produtiva.

Tabela 1 Visão Sistêmica do Plano Camponês

PLANO CAMPONÊS	PRODUÇÃO	Sistemas camponeses de produção	Sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adubação verde e orgânica, etc.
		Agroindústrias	Leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados.
		Desenhos organizativos	Grupo de base, associações, condomínios, cooperativas.
	EDUCAÇÃO FORMACÃO	Escola	Locais, contextualizadas, desenvolvimento local.
		Universidade	Nossa realidade, acesso aos camponeses.
		Informal	Reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.
	VIDA DE QUALIDADE	Moradia	Casa, pomar, horta, sombra, jardim, autoestima.
		Esporte	Futebol, vôlei, bocha, etc.
		Cultura	Teatro, música, capoeira, mutirão, partilha de alimentos.
		Lazer	Festas, bailes, torneios, encontros, etc.
		Saúde popular	Alimentação saudável, ervas, saneamento, etc.
	COMUNIDADE CAMPONESA	Elos vinculantes / Fator de resistência	Alguma estrutura comunitária
			Escola na comunidade
			Troca de dias de trabalho, mutirões.
	SOBERANIA	Alimentar	Comida é local, vinculada a cultura, modo de vida
			Produzir de tudo um pouco.
			Sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental.
		Energética	Produção, controle e autoconsumo de energia.
			Mudança na matriz energética.
			Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.
		Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas.
			Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento.
			Divulgar as experiências já existentes.
		Hídrica	Recuperar nossas nascentes.

			Implementar técnicas de coleta e armazenagem de água.	
			Desenvolver pequenos sistemas de irrigação.	
		Territorial	Material e imaterial	Espaço de vida
				Espaço de produção
				Espaço de disputa
	CONTRADIÇÕES	Agronegócio	Multinacionais	
			Latifundiários	
			Estado Brasileiro	

Elaborada pelo autor. Fonte: SILVA, Valter Israel da. *Dez anos de Plano Camponês*. Maio de 2013. Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/dez-anos-de-plano-campones> (acesso em Novembro de 2015)

Como podemos observar, o Plano Camponês contempla áreas subjetivas do campesinato, assumindo caráter político evidente. Cada ponto destacado dentro dos eixos, acima demonstrados, são direcionados à atender demandas importantes para a manutenção do campesinato. Ao analisarmos o conjunto dessas propostas do plano, percebemos que são esses pontos importantes para fortalecimento da autonomia dos camponeses.

Na questão da produção vemos que o plano aponta para uma grande diversificação da produção e controle sobre ela. Nesse ponto não há espaço para a monocultura, menos ainda para que a integração e dependência das grandes indústrias predominem no campo.

Quanto ao segundo eixo, “educação e formação”, o plano atenta para a importância na valorização dos saberes do campo e na transmissão do conhecimento. Além disso, que a educação cumpra o papel de pensar o desenvolvimento local, mas não sem a influência e participação da comunidade. Percebemos esse como um ponto subjetivo essencial para o MPA, pois a educação desempenha papel de formação ideológica importante nos processos de socialização entre os sujeitos.

Para o terceiro e quarto eixo, “vida de qualidade” e “comunidade camponesa”, reserva-se o que os camponeses consideram como viver bem e com qualidade. Para isso cada um dos elementos citados nesta parte do plano contempla desde questões concretas, como estruturas físicas de casa e espaços de socialização, como um centro comunitário, até as questões relacionadas com o lazer e saúde.

Nas questões de soberania, o plano aponta a soberania alimentar, energética, genética e hídrica como fatores preponderantes para que a classe camponesa avance em seu projeto de desenvolvimento. No Plano Camponês, a soberania alimentar refere-se

[...] a condição de produzir o alimento necessário para a vida de qualidade do povo, utilizando os recursos, técnicas, métodos e sementes da cultura e realidade territorial sob o controle do povo trabalhador, garantindo assim sua autonomia. [...] **Soberania Energética** diz respeito à produção, controle e auto-consumo de energia. Temos diversas fontes de energia que ainda são pouco exploradas, e que causam menor ou nenhum desgaste ao meio ambiente. [...] **Soberania Genética** diz respeito ao controle sobre nossas sementes raças e mudas. Não podemos ficar reféns das sementes transgênicas, controladas pelos grandes laboratórios. [...] **Soberania Hídrica**, recuperando as nossas nascentes e fontes. Temos que desenvolver sistemas de irrigação adaptados, implementando técnicas de coleta e armazenamento de água (grifos nossos) (MPA, 2012, p. 26).

Este eixo, em particular, mexe em todo o modelo de desenvolvimento econômico que hoje temos no país, pois, não só reestabelece um novo paradigma de desenvolvimento, como altera toda a ordem produtiva do campo e da cidade.

Além desses cinco importantes eixos do Plano Camponês, há um sexto eixo que demarca que ele está em completa contradição com o agronegócio. E, portanto, para que o plano avance é preciso enfrentar grandes multinacionais, latifundiários e o próprio Estado brasileiro que tem adotado medidas neoliberais que em nada contribuem com o campesinato.

4.4 ESTRATÉGIAS DO MPA PARA A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO

Quando questionado quais as principais estratégias que o MPA considera para garantir a reprodução social do campesinato, tivemos duas com maior ênfase. A primeira em consenso entre todos os entrevistados, que é a questão da reforma agrária, o acesso à terra como estratégia fundamental de manutenção do campesinato. E uma segunda, citada apenas pelas duas lideranças mulheres que mencionaram a formação e o cuidado com as crianças camponesas como estratégia fundamental articulada com o acesso à terra.

Porém, segundo Valter Israel da Silva, um primeiro passo para se pensar a reprodução do campesinato foi,

[...] estudar, recuperar estudos, desenvolver pesquisas, desenvolver trabalhos, é trabalhos acadêmicos, recolocar o debate sob campesinato na sociedade, isso começou no ano de 2003 nós começamos a construção de um livro chamado "Campesinato no século XXI [...] condicionantes e possibilidades pro seu desenvolvimento no Brasil" ele foi organizado pelo professor Horácio Martins de Carvalho lá de Curitiba, mas envolveu 76 pesquisadores do Brasil inteiro e a partir daí ele esse livro foi pra academia foi pras universidades e nós começamos a provocar esse debate nas universidades (Valter Israel da Silva da coordenação nacional do MPA).

Essa liderança relata ainda que a cerca de uma década atrás falar de camponês era um absurdo. O termo foi proibido durante a ditadura militar devido a luta das ligas camponesas, que foram reprimidas e seus dirigentes assassinados, fazendo com que o conceito desaparecesse e surgisse diversas identidades camponesas locais, dentre elas ribeirinhos, quilombolas, posseiros, meeiros, faxinalenses, quebradeiras de côco, entre diversas outras. Comenta que a através desses estudos, foram identificadas 27 segmentos diferentes de camponeses no Brasil. Depois desse livro, menciona que foi organizado uma coleção intitulada *História Social do Campesinato*, com nove livros em cinco tomos, que recuperam obras desde clássicos estrangeiros a clássicos brasileiros sobre o campesinato.

Como resultado disso, segundo Valter Israel da Silva,

Primeiro não se aceitava falar em camponês em uma audiência interna nos governos. A gente se apresentava “sou camponês do Movimento de Pequenos Agricultores” encerrava a reunião ali, porque começava uma briga: já vem vocês com esse conceito defender o atraso, fazer não sei o que... Hoje isso tá, essa batalha tá ganha, hoje tu não vê alguém do governo falando só em agricultura familiar, ele tem que citar a agricultura camponesa, e muitas vezes fazem um bolo de conceito de agricultura familiar, camponesa, agricultura, mas assim, há um reconhecimento aqui mesmo quando teve a presidenta Dilma (no congresso) ela sempre separou no seu discurso agricultura familiar, camponês e camponesas, agricultura familiar, agricultura camponesa. Então essa é uma batalha que tá ganha, percebemos também nas notícias que saíram do congresso no Globo, Estadão, em outros blogs de esquerda, que a palavra “camponeses” ou “campesinato” ela tá firme aí dentro. Então, assim, é uma batalha que estamos vencendo, uma batalha comunicacional, uma batalha do conceito, de recuperar esse conceito. Outro passo que a gente tem dado é no âmbito da Via Campesina internacional, tentar levar esse tema, aportar pra Via com essa concepção de campesinato que a gente tá fazendo. Tá tendo muita aceitação, muito respaldo, inclusive aqui nós estamos com representantes de 15 países de 40 organizações internacionais acompanhando os debates (Valter Israel da Silva da coordenação nacional do MPA).

É evidente a necessidade da afirmação e do reconhecimento do camponês para o MPA avançar em suas pautas. Recolocar os conceitos de campesinato, camponeses e camponesas, e agricultura camponesa na agenda política do governo, e na própria mídia, é resultado de intenso trabalho formativo e comunicacional do movimento, por compreender a sua importância no enfrentamento ao agronegócio.

Tendo resultados satisfatórios nos últimos anos em relação ao seu reconhecimento público, ainda lhes faltam políticas mais concretas para que o campesinato garanta sua reprodução social. Como já evidenciamos no decorrer deste trabalho, o acesso à terra sempre foi um problema na questão agrária brasileira que nunca chegou à uma resolução. Os camponeses sempre foram excluídos das políticas de aquisição de terras. O MPA também vê esse como um obstáculo para o campesinato brasileiro. Segundo Tairi Felipe Zambenedetti,

Por enquanto poderíamos pensar em processos de reforma agrária. Existe um universo bastante grande de famílias lutando pela terra, mas a reforma agrária tem que ser feita em terras do latifúndio, a reforma agrária tem que ser feita nos marcos da luta de classe e não como uma política social paliativa. Família que tá saindo da cidade vende a terra pra um jovem camponês que acessou um crédito pra comprar a terra, isso não resolve o problema, isso o que produziu foi um grande endividamento de quem acessou essas políticas, então, isso não resolve. Tem que mudar a estrutura da distribuição fundiária brasileira que é sem dúvida a pior, a segunda pior distribuição fundiária do mundo. A gente tem hoje no Brasil o maior latifúndio de todos os tempos (Tairi Felipe Zambenedetti, coordenação estadual do MPA - SC).

Valter Israel da Silva, durante a entrevista, afirmou que o problema da concentração da terra resulta no êxodo rural da juventude:

Uma das principais questões é a questão de concentração da terra. A dificuldade de acesso à terra é um dos fatores que levam muitos jovens a saírem do campo, e eu vejo outros. Como falta de oportunidades para estudo, falta de acesso a espaço de esporte, cultura e lazer; problemas na relação familiar né; falta de participação nas tomadas de decisão da propriedade. Ao que vejo esses quatro são os principais fatores que leva os jovens a sair da roça, acesso à terra e esses outros, falta de renda... Então concentração da terra é um dos elementos chaves (Valter Israel da Silva da coordenação nacional do MPA).

Em relação à autonomia para a produção, Leila Denise Moirer comenta que o MPA vem desenvolvendo trabalhos de recuperação de sementes crioulas, pois entendem que com o controle sobre a diversidade de sementes é devolver o conhecimento sobre elas aos camponeses, e assim garantindo-lhes autonomia.

[...] Uma das coisas para o povo ficar no campo é criar autonomia. O que é criar autonomia? É ele produzir a própria semente, os próprios insumos, é criar formas de comercialização paralela a esse mercado que está aí, e um grande processo de formação e animação com a juventude e com as mulheres. Nós temos visto também que um eixo que tem que ter prioridade, e esse congresso deixou claro pra nós, é a questão do debate sobre a renda né, tanto jovens quanto mulheres. Tem a questão cultural, tem várias outras questões que expulsam tanto as meninas, principalmente, e as mulheres e as mães desses jovens do campo. Mas a questão da renda a gente tem visto que é a questão de fundo, que tanto jovem quanto a mulher participa da produção, mas na hora de definir o que vai fazer com o recurso, ele culturalmente sempre ficou na mão do pai da família né, e isso é uma coisa que nós vamos ter que fazer muita formação, muito debate. E se nós pensarmos em sucessão é trabalho de formação e a condição da renda, porque o jovem quer autonomia. É uma autonomia relativa, por que ele vai estar num espaço da família, mas ele quer tomar definições também, e começar a dar rumos, e isso a gente tem entendido né, então pensamos em sucessão, tem que ser feito esse trabalho junto às famílias, além de trabalhar com a juventude, mas com as famílias como um todo né de como a juventude participa nas tomadas de decisões também da família (Leila Denise Moirer, coordenação nacional do MPA).

Leila Denise Moirer também apresenta um conjunto de sujeitos que precisam de espaços dentro do debate sobre o campesinato, os jovens, as jovens, mulheres, são grupos que sofrem historicamente com estruturas hierárquicas e patriarcais no campo que os excluem e que precisam ser superadas. Menciona que para isso, o MPA já vem organizando frentes para trabalhar com massas, já há frente para trabalhar com mulheres e com juventude. Cita a criação de um lugar interno à organização para acolhimento e preparação dessa juventude para atuar no movimento, e que tem sido pensado já a algum tempo.

Além dessas duas questões, uma que apareça em constância nas entrevistas é referente a articulação entre campo e cidade. Valter Israel da Silva nos diz que

[...] é fundamental essa história de transformar a questão camponesa em questão nacional, Gramsci falava assim né, enquanto tiver só o campesinato tentando se defender, tentando defender seu território o trator tá passando por cima. Nós temos que fazer o público urbano entender que é só a agricultura camponesa que pode garantir comida boa na mesa dele. Que é só a agricultura camponesa que pode garantir água, São Paulo tá seco hoje, porque? Porque o agronegócio tá destruindo as bacias hidrográficas da região, tá consumindo a água pra irrigar a cana e pepinos, e não sei o que. Está destruindo as matas e, portanto, desregulando as chuvas. A agricultura camponesa consegue preservar esse ambiente mais equilibrado. O dia em que o público urbano compreender isso não vai ser uma questão camponesa, vai ser uma questão nacional. Fortalecer a agricultura camponesa, por isso que a história da aliança camponesa e operária, tendo o alimento como mediador é chave “pro” momento. Todas as estratégias são válidas, mas nesse momento essa é que dá o salto de qualidade naquilo que a gente vem fazendo. Não é algo novo. É um passo a mais no processo de afirmação camponesa, mas nós achamos que vai ganhar um outro peso, uma outra força com o público urbano. A maioria das pessoas do urbano conhece as coisas nas caixinhas, na prateleira do supermercado, não visualiza o mundo camponês por trás disso, e campanhas do tipo “*sou agro, você também tem uma fazenda em casa, é só abrir a geladeira*”⁸ tenta passar uma ideia de que quem coloca comida na mesa do povo é o agronegócio, e nós não temos a força econômica pra fazer esse tipo de campanha e mostrar nossa mensagem, nosso trabalho é mais formiguinha, então eu diria nesse momento que a estratégia central é botar comida na mesa do povo, do povo urbano e tal. E esse botar comida não é um negócio que só vise renda, que só vise lucro porque os preços tem que ser preço justo, e ela tem que ser como o Raul falou ali⁹: **um chamado pra organização e luta, em defesa da agricultura camponesa, em defesa da classe trabalhadora, esse é um momento e o centro da estratégia hoje** (Grifos nossos) (Valter Israel da Silva da coordenação nacional do MPA).

O que Silva tenta nos dizer é que a chave dessa articulação entre camponeses e trabalhadores urbanos é a questão da alimentação. Apresentar ao povo brasileiro urbano que quem produz alimento saudável são os camponeses, e não o agronegócio.

⁸ Referência a uma propaganda de TV em favor do agronegócio, que afirma que esse é modelo que garante a produção de alimentos no país, e que cada sujeito pode ter sua fazenda, basta consumir produtos do agronegócio e abrir sua geladeira.

⁹ Durante o congresso.

Segundo Ana Isabel, o MPA já vem organizando brigadas¹⁰ para avançar na produção e fazer com que esses alimentos cheguem até o trabalhador urbano, principalmente das cidades pequenas locais, e que esse é um processo longo e gradativo para chegar a abastecer cidades maiores. Cita a educação como um elemento importante nessa articulação, pois compreende que a educação tem um papel importante no processo organizativo. Na mesma linha, Leila Denise Moirer comenta que num primeiro momento a aliança deva ser com as grandes massas de operários organizados, como os metalúrgicos e petroleiros, e também os trabalhadores da educação. Uma tática, segundo ela, é a articulação direta com os trabalhadores urbanos locais:

[...] então, essa aliança com a cidade você vai ter que pautar a partir das categorias locais e num primeiro momento com as que tem mais base né, conforme a categoria. Mas claro que a aliança é com todo o povo brasileiro, então aposta nessa soma né, esse povo tem que tá convencido que a proposta do movimento é importante pra toda a sociedade né, na produção de alimentos, na recuperação da terra e nas condições climáticas (Leila Denise Moirer, coordenação nacional do MPA).

Essa se demonstrou ser uma estratégia central do MPA para garantir a reprodução do campesinato. A produção de alimentos e a articulação com setores urbanos organizados para viabilizar sua comercialização, fortalecendo a agricultura camponesa a caminho da soberania alimentar nacional.

4.5 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO DO OESTE CATARINENSE

As estratégias que o MPA de Santa Catarina tem adotado para a região do Oeste catarinense não fogem do que está proposto dentro do Plano Camponês. Entretanto, como vimos no capítulo anterior, essa região teve sua formação do campesinato com características distintas do restante do país devido ao seu processo de colonização.

Segundo Tairi Felipe Zambenedetti, o campesinato do Oeste e Extremo-oeste catarinense é representado pelos colonos desse processo de colonização, que coexistem com uma grande população de caboclos remanescentes da Guerra do Contestado. Porém, Segundo Paulilo (1998, p. 105), essa região já era habitada por uma população cuja existência o Estado negava. Muitas regiões do estado de SC foram consideradas com vazio demográfico mesmo sendo povoado. A exemplo, na década de 1920, povos indígenas Kaingang e caboclos já viviam nesse local, porém não possuíam títulos das terras, tampouco o direito e condições em

¹⁰ Grupos formado por pequenos agricultores com determinada finalidade.

adquiri-las quando as empresas colonizadoras chegaram e receberam a concessão dessas terras pelo o Estado. Essa situação formou o primeiro contingente de camponeses sem terra que anos mais tarde, na década de 1980, foram responsáveis pelos primeiros assentamentos da reforma agrária no Oeste catarinense.

Apesar de todos os conflitos gerados pelas disputas de terras entre essas populações, a colonização por imigrantes não foi contida. No decorrer da primeira metade do século XX a região recebeu uma grande quantidade de imigrantes de origem italiana, alemã e polonesa, que formaram pequenas propriedades rurais, cujo trabalho consistiu no uso da mão de obra familiar com pouca dependência externa à propriedade, baixando custos, e, graças a fertilidade da terra, garantindo certa rentabilidade aos colonos (RADIN, 2012, p. 90). A policultura, com lavouras diversificadas, criação de suínos, aves e bovinos, era uma riqueza incentivada pelo Estado. E “com a abertura de estradas e a instalação de redes de energia elétrica, os colonos puderam aumentar e diversificar ainda mais a produção, especialmente a criação de animais para a venda” (BONI, 2012, p. 31).

Além disso, Seyferth, apud Radin, afirma que,

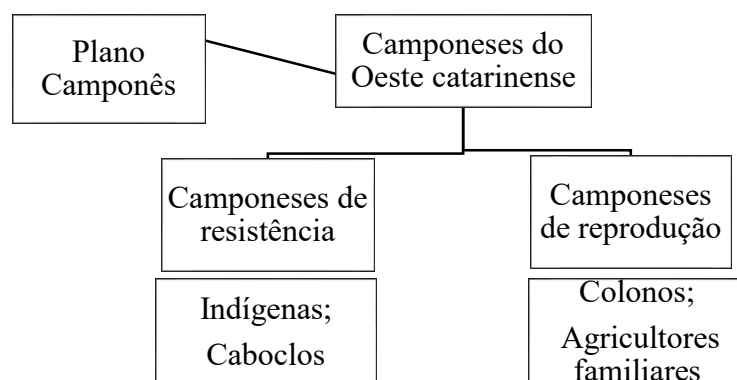
O resultado mais significativo da colonização, contudo, está ligado à formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional, onde não havia lugar para o pequeno proprietário. De fato, o que ocorreu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, parte de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, foi a formação e a consolidação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultura, trabalhada pela família do proprietário; camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de produção específico, apesar das transformações corridas desde o século passado e das pressões do capitalismo (RADIN, 2012, p. 88-89).

Porém, essas características sofreram mudanças quando, a partir dos anos de 1970 e 1980, o Oeste catarinense passou a incorporar a revolução verde, o que acarretou em transformações na pequena produção. Uma delas foi a expansão de frigoríficos, que a partir da lógica de produção integrada forneciam insumos e assistência técnica aos agricultores. Esse processo é um marco na perda de autonomia desses produtores que passaram a produzir e vender sua produção a essas mesmas empresas, além de serem obrigados a seguirem diretrizes impostas pelo sistema de integração dos frigoríficos para produzir (PAULILO, 1998, p. 113).

Nesse contexto existe, segundo relata Fabiano Baldo, dois grupos que passam a compor atualmente o campesinato dessa região, um de resistência e outro de reprodução, como podemos ver no organograma 01.

O primeiro grupo é composto por caboclos e indígenas, que formam redutos de resistência que mesmo após todos os ataques que sofreram com o processo de colonização continuam resistindo ao capital. E o segundo é composto por unidades de produção que continuam reproduzindo práticas adquiridas culturalmente. Fabiano Baldo salienta que o MPA procura pensar o campesinato do Oeste catarinense preservando as diversas culturas existentes e as especificidades desses grupos.

Organograma 01. Composição camponesa do Oeste catarinense.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados das entrevistas.

Com a crescente presença de agroindústrias de grande porte na região, como a BR Foods, que tem concentrado a produção de frangos, e outras agroindústrias que concentraram a produção de suínos e de leite, por exemplo, provocando a saída de muitos camponeses do campo para dar lugar à agricultura familiar integrada, o MPA vê a necessidade de recuperar o controle sobre a produção dos alimentos. Tairi Felipe Zambenedetti diz que o movimento tem organizado lutas, processos de formação, de cooperação, e processos de produção diferenciada para manter as famílias no campo, mas que essa não é uma tarefa fácil. Segundo ele “não é uma luta fácil, tá se enfrentando nada mais, nada menos que multinacionais do calibre da Monsanto [...], um conjunto muito grande de empresas que tem condições muito grandes, objetivas e subjetivas, muito superiores as nossas nesse enfrentamento”.

O que o MPA tem feito na região, segundo Tairi Felipe Zambenedetti, foi

[...] criar condições pra manter as famílias no campo. Com processo de formação e organização social das famílias e também com experiências de mudança de modelo

de agricultura. Existem duas propostas para agricultura, uma proposta que é do agronegócio, que tá baseada no latifúndio, no uso de sementes transgênicas, uso excessivo de fertilizantes, venenos, adubos solúveis e mecanização, uma agricultura “feita Syngenta”. Esse modelo trata de ser implementado também nas pequenas propriedades. [...] É uma lógica inclusive, economicamente pouco viável. O MPA trata de criar condições pra mudanças do modelo de agricultura, fazer a agricultura baseada no modo de produção camponês, com o controle da matriz tecnológica, produção diversificada, produção de alimentos e não de mercadoria. Então tem que ser uma produção limpa, sem uso de fertilizantes sintéticos né, venenos, adubos solúveis e mecanização. Então o MPA trata de criar condições de transição para a agroecologia e que vai vinculado com processos que, obrigatoriamente, vai de associação ou cooperação, onde o campesinato processe e distribua os alimentos, inclusive semente.

Essas condições para manter o camponês na terra são pensadas dentro dos eixos do Plano Camponês comentadas anteriormente. Fabiano Baldo relata que dentro da questão da produção, o MPA tem discutido com os pequenos agricultores a preservação da biodiversidade através do trabalho de resgate das sementes crioulas, raças e mudas, e animais; a agroecologia como ciência e técnica de produção; comercialização dentro dos próprios municípios; e, agroindustrialização a partir das comunidades camponesas. Sobre as sementes crioulas, principal trabalho desenvolvido pelo movimento na região através da Oestebio, Fabiano explica que,

Ela tem chegado ainda simbolicamente como uma forma de resistência. A gente ainda não tem conseguido adentrar como forma massiva e modelo mesmo. Não tem conseguido convencer o campesinato que de fato as sementes tem que ser dominadas por ele. Então tem chegado e tem sido aceito como uma forma de conservação, como uma forma de ter, como uma necessidade, principalmente nas comunidades mais politizadas tem chegado dessa maneira. Mas como é uma luta desigual, e o hegemônico é plantar semente transgênica pela propaganda, por toda a carga de incentivo que ela tem, assistência técnica, educação, mídia, então ainda o povo não tem se dado conta do perigo que isso representa para as futuras gerações, a perda do controle da biodiversidade. Então ela tem se dado muito no sentido da resistência mesmo, de fato assegurar aquilo que os camponeses historicamente foram cultivando, historicamente foram preservando né, para que nas próximas gerações a gente consiga manter esse material genético sobre o controle dos camponeses, que hoje boa parte disso já está controlada pelas empresas (Fabiano Baldo, coordenação estadual do MPA - SC).

A Oestebio foi criada em 2007 pelo MPA, e tem sido uma ferramenta de grande importância para o movimento. Com sua sede em São Miguel do Oeste, Extremo-oeste de Santa Catarina, segundo uma reportagem no site do IPEA *Sementes crioulas valem ouro*,

Hoje a cooperativa tem 465 agricultores em seu quadro social, 70 mantenedores, envolve 633 famílias na produção de sementes e 1.400 famílias em trabalhos de promoção da agroecologia. As sementes produzidas em maior escala são de feijão e milho e, em menor escala, trigo e aveia. Na multiplicação de sementes na safra

2012/2013, 68.638 famílias receberam essas sementes, um total de 1.638 toneladas de sementes de milho e feijão (IPEA, 2014).

Fabiano Baldo afirma que a Oestebio é uma cooperativa que o MPA criou como instrumento jurídico com papel de fortalecer o processo de intercâmbio e comercialização das sementes crioulas de acordo com a burocracia da legislação brasileira. Além disso, a cooperativa contribui para a organização de sistemas camponeses de produção, como a produção de peixe e farinha. Esta liderança diz ainda que, ainda que uma cooperativa pequena perto das demais presentes na região, a Oestebio não reproduz, na sua essência, o modelo de integração impostas pelas demais. Ela contrapõe a lógica do agronegócio, “ela é um órgão jurídico que vai implementar aquilo que o movimento social tem discutido em termos de produção e reprodução dentro da vida camponesa”.

Segundo Fabiano Baldo, para o segundo eixo o MPA vem realizando processos de formação política e ideológica, como forma de organizar os camponeses para estudar e ler a realidade enquanto classe social, pois o movimento entende que o problema está no sistema capitalista que explora o camponês, e, portanto, precisa ser superado. Para isso são realizados encontros, seminários, trabalhos de base, entre outros. Além disso, muitos militantes e dirigentes do movimento estão em algum curso ligados a alguma instituição pública de ensino superior ou técnico, para qualificar o quadro de formadores do MPA. Quanto ao terceiro eixo, segundo ele,

Dentro da lógica do viver bem, que é um outro eixo do Plano Camponês, tem a questão dos programas habitacionais, de moradia, tem a questão da organização do próprio local onde que o camponês vive, da sua casa do seu entorno, de tudo o mais que faz parte do eixo no sentido de viver bem. Então algumas ações que o movimento vem construindo, visto que o Plano Camponês é uma ação revolucionária para o campo, uma proposta revolucionária para o campo, mas que não vamos esperar a construção de uma sociedade diferente, mas já começar a implementar algumas práticas no sentido de desenvolver ir aprendendo pra fazer bem. Então são algumas ações que o movimento já vem discutindo, no sentido que abrange o entorno das comunidades aqui do Oeste (Fabiano Baldo, coordenação estadual MPA - SC).

Para Fabiano Baldo, quando discutimos essas questões estamos contrapondo o modelo de desenvolvimento hegemônico da região. Produzir leite a base de pasto, ou a diversificar a produção com base na agroecologia, ou produzir uma cultura que aproveita resíduos de outras culturas, é contrariar o modelo de integração e de especialização imposta pelo agronegócio, que é o representante do capitalismo no campo.

Entretanto, o movimento possui muitas dificuldades para realizar trabalho de base frente ao que o agronegócio apresenta para o campo. Fabiano diz que o MPA não possui tantas ferramentas como o agronegócio para isso. Contudo, afirma, é possível ver alguns frutos a partir da formação com algumas famílias mais politizadas e que tem participado dos processos de luta do movimento, pois essas tem assumido o debate, por exemplo, sobre a permanência do jovem no campo e quanto a resistência das unidades de produção camponesa. Enquanto que em alguns locais “o movimento tem que discutir a política pública só. Que aí é construir casa, produzir semente, comercializar, entregar e assim por diante”.

Sobre os desafios para os próximos anos, Tairi Felipe Zambenedetti afirma que, não somente no Oeste catarinense, mas em todo o país, o MPA está buscando construir uma aliança camponesa e operária.

[...] o MPA tem aliança bastante forte, bastante sólida com organizações urbanas principalmente a partir da CUT; Federação Única dos Petroleiros a FUU, inclusive somos solidários a greve que está acontecendo agora, somos solidários também e comprometidos na luta em manter a Petrobrás não privatizada, manter os investimentos etc. Então o nosso congresso nacional reafirmou isso. **Nos próximos momentos a grande estratégia do MPA é a aliança camponesa e operária**, que aí o programa camponês vem a fortalecer isso. E todas as ações do MPA apontam para o fortalecimento da aliança camponesa e operária. Essa aliança é falada a séculos, desde o “proletários do mundo uni-vos” que naquela época, os proletários, na intensão de Marx, incluía o campesinato, **e essa aliança se materializa a partir do alimento**. Então a gente diz que é aliança camponesa e operária, essa aliança que o MPA está dizendo se materializa através do alimento, da produção de alimentos saudáveis, diversificados, que é produção de alimentos e não produção de mercadoria que precisamos fazer chegar diretamente aos trabalhadores urbanos (Grifos nossos) (Tairi Felipe Zambenedetti, coordenação estadual do MPA - SC).

Com isso, o MPA assume que o problema do campesinato não é apenas dos camponeses ou do MPA, mas sim, como afirmou esta mesma liderança, é de responsabilidade “de um conjunto bastante amplo de organizações que estão no campo brasileiro com organizações urbanas que apontam claramente para a esquerda, como é o caso da CUT e todas as forças que fazem parte da CUT”.

O que o MPA vem realizando no Oeste catarinense parece-nos seguir fielmente o Plano Camponês como estratégia nacional para o campesinato. Entretanto, a realidade regional exige que sejam pensadas ações específicas para seu contexto, valorizando as diferenças culturais existentes. São ações concretas, e outras de caráter subjetivo que tem ocupado a agenda do MPA nesta região.

A reprodução do campesinato no Oeste de SC não deve ser de responsabilidade somente de movimentos camponeses, mas da sociedade como um todo. O MPA, junto a Via

Campesina, tem a necessidade de articular todos os segmentos organizados da sociedade para assumir essa pauta, seja nos espaços do rural ou do urbano. A manutenção da agricultura camponesa é algo que influencia na vida de todo ecossistema, e o ser humano é somente uma parte dele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem de perto é possível afirmar este como um trabalho conclusivo. No decorrer de seu desenvolvimento novas questões surgiram. Por vezes, outras possibilidades de pesquisa nos tomaram conta, mas com muita dificuldade mantivemo-nos firmes aos objetivos, tendo em mente a necessidade de articular e organizar, quando oportuno, essas outras questões. Por hora, cabem algumas observações percebidas na trajetória desta pesquisa, e algumas ressalvas necessárias para fortalecer o debate ao qual nos propusemos, acrescentando, pois, nossas inquietudes também.

Primeiramente ariscamo-nos afirmar que o fim do campesinato enquanto tese não cabe mais à totalidade do campesinato, mas sim em questões específicas como no caso dos grandes complexos agroindustriais que ganharam força por todo o Brasil durante a década de 1970 e 1980, que mostram que algumas previsões de Kautsky, como a da integração vertical, se realizaram parcialmente. Contudo, essa tese mostrou-se falha diante da resistência das unidades de produção camponesa que sobreviveram ao desenvolvimento capitalista e passaram a coexistir com essas grandes agroindústrias. Sendo assim, as teses sobre o fim do campesinato possuem contribuições ricas para o debate acerca do campesinato, uma vez que se materializa em aspectos de desenvolvimento rural específicos ligados à integração vertical.

Em segundo, o reconhecimento da existência de que há no interior dessas unidades de produção camponesa uma dinâmica própria de organização social, cultural, econômica e produtiva, permitiu-nos reconhecer uma força própria do campesinato para coexistir com outras formas de desenvolvimento econômico. O capitalismo, por exemplo, não foi capaz de destruí-lo, mesmo com mudanças na sua organização produtiva. Absorveu-o em grande parte através da modernização, porém não na sua essência.

Chayanov nos mostrou que as unidades de produção camponesa possuem um sistema econômico próprio. Sua produção é definida pela mão de obra disponível no grupo familiar, e pelas suas necessidades, tornando o objetivo do trabalho principalmente para subsistência. Essa característica do campesinato é que tem garantido sua manutenção por séculos.

No caso do Brasil, como vimos, o campesinato foi formado a partir de grupos excluídos que fizeram uso de terras periféricas sob tutela de fazendeiros para manter a propriedade latifundiária, e que só depois foram reivindicadas como direito de posse pelos camponeses. A história do campesinato brasileiro teve alguns grandes marcos que a definiram como hoje é. A invasão dos europeus no Brasil em 1500, a Lei de Terras de 1850, a abolição da escravidão, período de industrialização, ditadura militar e modernização do campo,

seguidas de manutenção pelas políticas do agronegócio e neoliberais, foram momentos históricos decisivos para o campesinato. Cada um desses eventos foi uma tentativa de impedir que os camponeses se fortalecessem e alterassem a estrutura fundiária do campo.

No entanto, os camponeses sempre resistiram e lutaram por sua permanência no campo. Exemplo disso foram as Ligas Camponesas que exerceram importante papel na história rural brasileira reivindicando, principalmente, a reforma agrária. Contudo, foram enfraquecidas através da violência do Estado por meio de suas instituições durante o regime militar iniciado em 1964. A modernização acarretou no empobrecimento dos camponeses, e expropriou camponeses, matou muitos outros de fome. O acesso à terra passou a ser garantido somente aqueles produtores que conseguiram modernizar sua propriedade e aumentar sua produção.

Mais recente, com o processo de modernização do campo e o estabelecimento de outras categorias para definir os trabalhadores rurais, os termos “camponês” e “campesinato” começaram a serem apagados da história. A agricultura que depende do uso de mão de obra disponível na família se tornou parte do agronegócio através de um conjunto de políticas que construíram a categoria sociopolítica de “agricultura familiar”.

A agricultura familiar passou a representar o agronegócio no campo, portanto, um modelo de desenvolvimento que individualiza e simplifica a produção, retira a autonomia do produtor, diminui a qualidade de vida, evade jovens do campo, destrói a biodiversidade, entre diversos outros problemas que traz consigo. Neste contexto, final do século XX, onde a agricultura familiar é mais uma vítima do agronegócio, é que acontece a retomada dos conceitos de campesinato e camponeses por organizações rurais de esquerda, como o MPA.

Inicialmente o movimento compreendeu que havia a necessidade em retomar o debate sobre a questão agrária brasileira, chegando aos conceitos de campesinato, camponeses e agricultura camponesa. Compreenderam que esses conceitos compõem outro modelo de desenvolvimento contrário ao proposto pelo agronegócio, e que já vinha resistindo a muito tempo as diversas mudanças de modelos econômicos que o Brasil teve.

Como vimos no decorrer deste trabalho, o campesinato tem resistido a mais de um século as mais adversas situações. Na busca do conceito, com ajuda de teóricos brasileiros, o MPA percebeu que o campesinato continuava a resistir de diversas formas no campo. Podemos considerar, como afirma o pesquisador holandês Jan Douwe Van Der Ploeg,

Que a resistência camponesa (tal como a testemunhamos no começo do século XXI) não é apenas, ou principalmente, articulada através de lutas abertas (manifestações, marchas, ocupações, bloqueios de estradas), embora essas expressões nunca estejam

ausentes. [...] acredito que precisamos reconhecer que existe um campo de ação muito mais vasto e, provavelmente, muito mais importante, através do qual a resistência se materializa. A resistência se encontra em uma vasta gama de *práticas* heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como *distintamente diferente* (Grifos do autor) (PLOEG, 2008, p. 289).

Nesse sentido, o que o MPA procurou retomar dentro desses conceitos, além de suporte teórico, foram práticas camponesas adquiridas culturalmente, e transmitidas de geração para geração. O movimento percebeu que o campesinato brasileiro se manifestava na resistência em diversos segmentos de trabalhadores rurais que mantinham na sua essência unidades de produção camponesa que produziam com objetivo principal de manutenção de sua existência.

Um primeiro aspecto que o MPA deixa claro a partir disso é que toda a agricultura camponesa é familiar, mas que nem toda agricultura familiar seria, necessariamente camponesa. Essa afirmação foi determinante para que o movimento começasse a pensar estratégias de fortalecimento e de reprodução desse campesinato que resistia no Brasil.

Depois de muitos estudos em parceria com o MDA, o MPA percebeu que o campesinato só poderia continuar resistindo às políticas neoliberais do agronegócio se fortalecessem suas bases. A busca por políticas públicas foram compreendidas como insuficientes, e que o movimento deveria fazer era se articular com outras organizações camponesas para apresentar outra proposta de desenvolvimento para o país. E dessa compreensão nasceu o Plano Camponês.

O Plano Camponês se configurou como uma grande estratégia do movimento para pensar, tanto a reprodução do campesinato, como um processo revolucionário a caminho do socialismo. Esse documento serviu para orientar um conjunto de estratégias que o MPA veio assumindo nos últimos dez anos.

Como pudemos observar, o MPA possui dentro do Plano Camponês cinco eixos estratégicos, no entanto, podemos sistematizar seis pontos essenciais para sua realização que percebemos como centrais.

1. *Retomada dos conceitos de campesinato, camponeses e unidade de produção camponesa.* O movimento, como já mencionado, articulou estudos em torno do conceito, se apropriando de pensadores brasileiros que produziram sobre a temática, e das proposições de Chayanov para compreender a unidade de produção camponesa como racionalidade própria.

2. *Reforma Agrária.* O MPA considera impossível pensar a reprodução do campesinato sem um processo de reforma agrária no país, pois a distribuição fundiária e a forma como ela acontece no Brasil, hoje, não corresponde às reais necessidades dos

camponeses. O acesso é dificultado pelas escassas políticas de financiamento. Além disso, o país ainda possui uma grande concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários.

3. *Valorização dos sujeitos que compõe a família – jovens e mulheres.* O movimento reconhece que um grande problema do campo é a relação patriarcal, hierárquica e machista que ainda perpetua. Essa relação construída culturalmente precisa ser criticada e desconstruída para que sejam criadas novas relações internas na família, que distribua o poder de decisão sobre a propriedade e renda igualmente entre os membros que a compõe. Para que o trabalho dos jovens e das mulheres, especialmente, seja valorizado, e tenha reconhecimento social.

4. *Produção diversificada.* Outro ponto que percebemos como estratégia central do movimento está na diversificação da produção através de práticas agroecológicas. Para isso o camponês deve retomar o controle e autonomia sobre a produção, criando, inclusive, grupos ou associações para organizar esse processo coletivamente. O MPA tem compreendido a produção diversificada de alimentos como uma das maiores riquezas do campesinato, pois sabem que o agronegócio não a produz.

5. *Articulação entre campo e cidade.* Muito mencionada durante as entrevistas, a compreensão de que o campesinato deva ser assumido por setores da esquerda organizados no meio urbano, parece-nos, talvez, uma das tarefas mais difíceis do MPA, contudo, uma das mais importantes. Os trabalhadores urbanos, enquanto consumidores são aliados em potencial do campesinato, uma vez que ao reivindicar alimentos providos da agricultura camponesa estejam representando interesses da maior parte da população brasileira que está concentrada nas cidades, e incentivando outro modelo de desenvolvimento econômico.

6. *Campesinato como Classe Social.* A afirmação de que o campesinato é uma classe social nos chamou muito a atenção. Se voltarmos à teoria do fim do campesinato, percebemos que ela se justifica afirmando que os camponeses não compunham nem o proletariado, nem a burguesia, portanto estaria fadada ao desaparecimento à medida que o capitalismo se desenvolvesse no campo. Entretanto, como já vimos várias vezes neste trabalho, isso não aconteceu. Chayanov apareceu com uma teoria explicitando uma racionalidade econômica do campesinato que a permitiu coexistir com o capitalismo sem seguir sua lógica econômica, por ter uma dinamicidade própria.

Além disso, o campesinato demonstrou possuir, além de características econômicas próprias, um modo de vida, características culturais, e interesses objetivos e subjetivos que complementam um projeto de sociedade, um projeto de desenvolvimento não só para o campo, mas pensando e contemplando as diversidades do país.

Todos esses seis pontos estratégicos do MPA são de configuração nacional, e, segundo os entrevistados e os materiais analisados, formam um programa nacional atendendo a todas as regiões e particularidades do país, onde o movimento está organizado.

No entanto, se num primeiro momento nosso objetivo estava em compreender as estratégias de reprodução do campesinato com base nas estratégias elaboradas pelo MPA, o que fica-nos evidente é a construção de uma unidade nacional em torno delas. Para contextos regionais o movimento tem se dedicado a desenvolver apenas ações dentro dos eixos previstos no Plano Camponês.

As ações do MPA de Santa Catarina são pensadas considerando dois grupos, o de resistência e o de reprodução. O respeito às diversidades culturais está presente desde o Plano Camponês até nas trocas de saberes entre os diferentes grupos étnicos da região.

O movimento tem trabalho especialmente em três eixos do plano:

1. *Produção*. Tendo um trabalhado articulado com um grande numero de camponeses em torno da conservação e produção de sementes crioulas, com apoio, inclusive, da Oestebio, cooperativa essa, criada para sistematizar os processos de intercambio e comercialização das sementes.
2. *Educação e Formação*. O MPA tem procurado criar diversos espaços de formação política e ideológica na região, sendo os seminários e o trabalho de base o mais presente na prática da organização.
3. *Qualidade de Vida*. Neste eixo, o movimento tem se limitado a trabalhar políticas públicas, principalmente relacionado a habitação do campo, devido a dificuldade em fortalecer mais o trabalho de base mais politizado com algumas famílias camponesas.

O que podemos compreender a partir desses pontos apresentados, é que o MPA tem se preocupado em desenvolver no Oeste catarinense ações concretas que contemplam alguns eixos do Plano Camponês. Ainda não há uma estratégia específica para a região. Por enquanto o movimento parece ter conseguido criar e organizar uma unidade nacional em torno de um único conjunto de estratégias, cujas formas e ações para alcançarem seus objetivos são determinadas localmente de forma autônoma.

O MPA, sendo um movimento camponês novo, surgido há pouco tempo, possui ainda muitos desafios para materializar o Plano Camponês na região. Não dúvidas quanto aos avanços conquistados, principalmente no campo da produção e conservação das sementes crioulas através da Oestebio, que, aliado a sua essência política, tem garantido controle e autonomia de muitos camponeses sobre sua produção.

Podemos afirmar que o Oeste catarinense tem no MPA e nas demais organizações da Via Campesina, a certeza de que o campesinato continuará em pauta. A politização desse debate já vem acontecendo há alguns anos graças aos esforços dessas organizações, e ganhando cada vez mais visibilidade nos campos políticos, econômicos, acadêmicos, e principalmente entre os próprios camponeses e camponesas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 3. São Paulo: Edusp, 2007.
- ANA ISABEL. *Depoimento*. São Bernardo dos Campos – SP. 2015.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida, e Elaine Tomiasi PAULINO. *Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações*. Vol. 9. Londrina: Geografia, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A questão camponesa na teoria marxista clássica.” In: *O campesinato na história*, por André Leonardo CHEVITARESE. Rio de Janeiro: Relumê Dumaré, 2002.
- BRASIL, *LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006*. Dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em Novembro de 2015,
- BRASIL, *DECRETO Nº 6.882, DE 12 DE JUNHO DE 2009*. Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar - Pronaf Sustentável, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6882.htm. Acesso em Janeiro de 2016.
- BONI, Valdete. “De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas e suas práticas.” Tese de Doutorado, UFSC, Florianópolis, 2012.
- BOSETTI, Cleber José. *Perspectiva de desenvolvimento rural em disputa no Brasil*. Florianópolis: tese, 2013.
- BRASIL, VIA CAMPESINA. *Prefácio*. Vol. 2, em *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*, por Delma Pessanha Neves. São Paulo: UNESP, 2009.
- BREVES, Wenceslao de Souza. “O Chapecó que eu conheci.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* 3, n. 06 (1985): 07-73.
- CADONÁ, Célio Valdemar. “Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: o novo nasce das estradas.” Dissertação de mestrado, Curso de Mestrado em Educação nas Ciências, UNIJIÚ, Ijuí, 2004.
- CARVALHO, Horácio Martins (Org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. “Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.” In: *Chayanov e o Campesinato*, por Horácio Martins de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. “Relatório Final: Violações de direitos no campo 1946 - 1988.” Brasília, 2014.

COSTA, Francisco de Assis. “Chayanov e a especificidade camponesa.” In: *Chayanov e o Campesinato*, por Horário Martins de CARVALHO. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

DE MELO FARIA, Alexandre Magno. *A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: Uma resenha*. 2011. (acesso em Setembro de 2015).

FABIANO BALDO. *Depoimento*. São Miguel do Oeste - SC. 2015.

GERARDI, Lucia H. O., e Giancarla SALAMONI. “Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov.” In: *Chayanov e o Campesinato*, por Horário Martins CARVALHO. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GOMES, Oziel. *Lênin e a revolução russa*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Formação da Pequena propriedade: intrusos e posseiros*. (1963). Vol. 1, em *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, por Clifford Andrew Welch... [et al.]. São Paulo: UNESP, 2009.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

IPEA. 2014.

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3091&catid=28&Itemid=39 (acesso em novembro de 2015).

JULIÃO, Francisco. “O que são as Ligas Camponesas. (1962).” Pág. 14 em *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, por Clifford Andrew Welch. São Paulo: UNESP, 2009.

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. 3ª edição. Harmonia, SP: Proposta Editorial, 1980.

LEILAR MOIRER. *Depoimento*. São Bernardo dos Campos – SP. 2015.

LÉNINE, Vladimir. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 23. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MOTTA, Márcia, e Carlos Leandro da Silva ESTEVES. *Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida*. Vols. 2 concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960), pág. 11 em *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, por Márcia Motta e Paulo Zarth. São Paulo: Unesp, 2009.

MPA. *I Congresso Nacional do MPA: Aliança Operário e Camponesa por Soberania Alimentar*. Vol. Caderno de Estudos nº1. São Bernardo do Campo, 2014.

—. *Movimento dos Pequenos Agricultores: Quem Somos*. s.d.
<http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal> (acesso em Novembro de 2015).

MPA. “Plano Camponês: Da Agricultura Camponesa para toda a sociedade.” Coletivo de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Espírito Santo, 2012.

NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática S.A., 1986.

OLIVEIRA, Marcos Joni de,. “ Produção de alimentos, energia e serviços ambientais - Alimergia pela agricultura familiar camponesa: .” Sistematização de Experiências em Energias Renováveis. Articulação Nacional de Agroecologia – ANA., Rio Grande do Sul, 2010.

PAULILO, Maria Ignez Silveiro. *Terra à vista... e ao longe*. 2ª. Florianópolis: UFSC, 1998.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. “As mãos que alimentam a nação: agricultura.” Tese de doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural, Rio de Janeiro, 2011, 289 f.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RADIN, José Carlos. “Colonos na Fronteira Sul.” In: *História do campesinato na Fronteira Sul*, por Paulo Zarth. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

RANGEL, Ignácio. “A questão da terra.” *Revista de Economia Política* 6, n. 4 (outubro-dezembro 1986): 71-77.

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2ª. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Marcelo Leal Teles da. s.d. <http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/contribuicao-ao-debate-do-plano-campones> (acesso em Novembro de 2015).

SILVA, Valter Israel da. *Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir*. Edição: Instituto Cultural Padre Josimo. Porto Alegre;: Padre Josimo, 1ª Edição, 2014.

STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAIRI FELIPE ZAMBENEDETTI. *Depoimento*. Chapecó - SC. 2015.

Universidade Federal da Fronteira Sul. *Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul* / Universidade Federal da Fronteira Sul. Simone Padilha (Coord.). Chapecó, 2014.

VALTER ISRAEL DA SILVA. *Depoimento*. São Bernardo dos Campos - SP. 2015

VIA CAMPESINA - RS,. “A Experiência do Programa Camponês no Rio Grande do Sul.” Documento: Síntese dos investimentos da primeira etapa do Programa Camponês, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. “Raízes históricas do campesinato brasileiro.” In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*, por João Carlos TEDESCO. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. “Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov.” In: *Chayanov e o Campesinato*, por Horário Martins de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

WELCH, Clifford Andrew [etal.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. I. São Paulo: UNESP, 2009

APÊNDICE

Apêndice 01.

Roteiro de questões entrevista semiestruturada.

I Parte.

1. Nome? Idade? Organização Social em que atua? E qual sua função-tarefa dentro dela?

II Parte.

2. O que o MPA entende por Campesinato?
3. Há diferença entre agricultura camponesa e agricultura familiar? Se há, quais?
4. Como o MPA avalia a atual conjuntura do campesinato brasileiro?
5. Como é possível pensar a reprodução do campesinato brasileiro?
6. Quais as principais estratégias que o MPA tem assumido para pensar a reprodução do campesinato brasileiro?
7. Como o Plano Camponês contribui para pensar a reprodução do campesinato no Brasil?

III Parte.

8. É possível dizer que existe campesinato no Oeste catarinense? Se sim, como ele se expressa?
9. Quais as principais estratégias que o MPA tem assumido para pensar a reprodução do campesinato no Oeste catarinense?
10. Alguma informação a mais que considere relevante para se pensar a reprodução do campesinato?